

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

SAULO JOSÉ DA ROCHA CASSIMIRO

**ANÁLISE DA GANDOLA MILITAR DO UNIFORME DE INSTRUÇÃO 4ºA: uso e
adaptação ao ambiente de policiamento operacional da PMMA**

São Luís
2021

SAULO JOSÉ DA ROCHA CASSIMIRO

ANÁLISE DA GANDOLA MILITAR DO UNIFORME DE INSTRUÇÃO 4ºA: uso e adaptação ao ambiente de policiamento operacional da PMMA

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: Francisco Jose Cunha dos Santos Junior

São Luís
2021

Cassimiro, Saulo José da Rocha.

Análise da Gandola militar do uniforme de instrução 4ª A: uso e adaptação ao ambiente de policiamento operacional da PMMA / Saulo José da Rocha Cassimiro. – São Luís, 2021.

66 f

Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais PM-MA, Universidade Estadual do Maranhão, 2021.

Orientador: Prof. Francisco José Cunha dos Santos Junior.

1.Gandola. 2.Modificação. 3.Policiamento ostensivo. 4.Uniforme. I.Título.

CDU: 355.665.1(812.1)

SAULO JOSÉ DA ROCHA CASSIMIRO

ANÁLISE DA GANDOLA MILITAR DO UNIFORME DE INSTRUÇÃO 4ºA: um estudo sobre o uso e adaptação ao ambiente de policiamento operacional da PMMA

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Aprovada em: ____/____/2021

BANCA EXAMINADORA

1º Tenente QOPM Francisco José Cunha dos Santos Júnior (Orientador)
Polícia Militar do Maranhão

Tenente Coronel QOPM Everaldo dos Santos Pereira Mendes
Polícia Militar do Maranhão

Profª. Me. Maria de Fatima Ribeiro dos Santos
Universidade estadual do Maranhão

Dedico este trabalho a Deus. Sem ele nada seria possível e a minha família por todo apoio.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter nos concedido força e sabedoria para alcançar mais esse objetivo em nossa vida.

Aos meus pais Dirceu Cassimiro do Nascimento e Arlete Ferreira da Rocha e ao meu irmão Petrus Rocha Cassimiro pela dedicação e confiança, que tanto se esforçaram para que mais esse sonho fosse realizado. Agradeço pelo apoio nos momentos difíceis, foi muito significativo para a minha jornada durante o curso.

A minha namorada Rayssa Amanda Melo de Moura, por todo companheirismo e incentivo, foi essencial para meu encorajamento a seguir sempre em busca do melhor.

Aos meus amigos de vida e de curso que nos proporcionaram momentos únicos e que não serão esquecidos.

Ao meu orientador 1º Ten QOPM Francisco Jose Cunha dos Santos Junior, pela confiança e disponibilidade na orientação, sem a qual não seria possível a conclusão deste trabalho.

A todos os professores da APMGD e UEMA que ao transmitir seus conhecimentos contribuíram para esse processo de formação.

Por fim agradeço a todos que de forma direta ou indireta participaram dessa trajetória, que por vezes não foi fácil, mas com muito esforço estamos aqui para finalizá-la.

*“A honra é o uniforme que o militar
deve usar até morrer. “*

Sydnei Barone

RESUMO

Esta pesquisa tem como principal objetivo analisar o uso da gandola militar do uniforme de instrução 4º A e sua adaptação nas atividades operacionais realizadas na PMMA. Em um primeiro momento fez-se um levantamento bibliográfico a respeito da história do uniforme militar, a sua importância estética e ergonômica, a modernização dos uniformes de algumas corporações militares pelo Brasil e a apresentação de um protótipo do modelo *combat shirt* como sugestão para substituição da gandola do atual uniforme operacional 4º A. Esse tema se torna relevante por se tratar de um elemento que faz parte do cotidiano dos militares, logo influencia na qualidade de vida no trabalho e na eficiência deles durante as operações de policiamento ostensivo. Buscou-se verificar a importância da adequação do atual uniforme a realidade vivida pelos policiais em seus postos de trabalho, principalmente em rotinas operacionais. A pesquisa bibliográfica baseou-se em livros, artigos, monografias, documentos regulamentos, manuais e sites. Fez-se necessário, em um segundo expediente, a realização de um estudo de caso baseado em pesquisa de cunho exploratória e descritiva. Utilizou-se ainda a análise documental e um questionário respondido por praças, praças especiais e oficiais da Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias - APMGD e outros batalhões. O questionário aplicado objetivou compreender a respeito das opiniões dos participantes sobre a funcionalidade do uniforme 4º A, concernente ao material de confecção, adaptação ao clima, modelo, mobilidade proporcionada durante as atividades e a percepção dos militares sobre uma possibilidade de modificação da gandola. Fundamentado na análise de dados entende-se que a mudança da gandola do uniforme operacional 4º A é necessária não apenas por questões estéticas, mas principalmente para proporcionar aos militares mais conforto, mobilidade, segurança e qualidade de vida no trabalho.

Palavras-chaves: Gandola. Modificação. Policiamento Ostensivo. Uniforme

ABSTRACT

This research has as main objective to analyze the use of the ACU (Army Combat Uniform) jacket, instruction 4th A and its adaptation in the operational activities carried out in the Police Force of Maranhão State. At first, a bibliographic survey was made about the history of the military uniform, its aesthetic and ergonomic importance, the modernization of the uniforms of some military corporations in Brazil and the presentation of a combat shirt prototype as a suggestion for replacing the ACU jacket of the current operational uniform 4thA. This theme becomes relevant because it is an element that is part of the daily life of the soldiers, therefore influencing the quality of life at work and their efficiency during ostensive policing operations. We sought to verify the importance of adapting the current uniform to the reality experienced by police officers at their jobs, especially in operational routines. The bibliographic research was based on books, articles, monographs, regulatory documents, manuals and websites. It was necessary, in a second expedient, to carry out a case study-based on exploratory and descriptive research. Documentary analysis and a questionnaire answered by Field Force, Special Operations and officers of the Military Police Academy of Gonçalves Dias and other Battalions were also interviewed. The applied questionnaire aimed to understand about the participants' opinions about the functionality of the 4thA uniform, concerning the material of confection, adaptation to the climate, model, mobility provided during the activities and the perception of the military about a possibility of modifying the jacket. Based on data analysis, it is understood that changing the ACU jacket of the 4thA operational uniform is necessary not only for aesthetic reasons, but mainly to provide the officers with more comfort, mobility, safety and quality of life at work.

Keywords: ACU Jacket. Modification. Ostensive Policing. Uniform.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Uniforme: 4º A – Policiamento Ostensivo Geral	34
Figura 2 – Uniforme operacional PMSC.....	36
Figura 3 – Uniforme Operacional 4º A PMMA	42
Figura 4 – Protótipo <i>Combat Shirt</i>	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Especificações da gandola do uniforme 4º A	41
Quadro 2 - Respostas dos militares sobre a gandola do uniforme 4º A	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados sociodemograficos dos respondentes	48
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Adaptação do uniforme 4º A as atividades operacionais.....	49
Gráfico 2 – Ambiente ou situação que utiliza o uniforme operacional 4º A.....	50
Gráfico 3 – Usabilidade do uniforme 4ºA.....	51
Gráfico 4 – Adaptação do uniforme ao clima.....	52
Gráfico 5 – Conforto ofertado pela gandola do uniforme 4º A	53
Gráfico 6 – Qualidade da costura e do tecido.....	54
Gráfico 7 - Mudança no material e melhoria nas condições de trabalho.....	55
Gráfico 8 – Necessidade de um uniforme operacional mais adaptável	56
Gráfico 9 - Descaracterização da corporação.....	57
Gráfico 10 – As reações da população frente a uma mudança no uniforme.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMGD	Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias
CPU	Comissão Permanente de Uniformes
CRU	Comissão de Reformulação de Uniformes
PMMA	Polícia Militar do Maranhão
PMMT	Polícia Militar do Mato Grosso
PMSC	Polícia Militar do Estado de Santa Catarina
PMSE	Polícia Militar de Sergipe
RUPOM	Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	OSTENSIVIDADE POLICIAL MILITAR	19
2.1	As modalidades de policiamento ostensivo	20
2.1.1	Policiamento Ostensivo a Pé.....	22
2.1.2	Policiamento Ostensivo Motorizado	22
2.1.3	Policiamento Ostensivo com Bicicleta	23
2.1.4	Policiamento Ostensivo a Cavalo	24
3	O FARDAMENTO POLICIAL	25
3.1	A importância da ética e estética dos uniformes.....	25
3.2	A função do uniforme militar.....	27
3.3	Fardamento do Maranhão.....	29
3.4	Fardamentos regulamentados em outros estados	31
3.3.1	Mato Grosso	32
3.3.2	Santa Catarina	33
4	POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO	36
4.1	Uniforme operacional da PMMA.....	38
4.2	Modelo combat shirt utilizada em outros estados	40
4.2.1	O Uso Da <i>Combat Shirt</i> na Pmma.....	41
4.3	O Clima no território Maranhense.....	43
5	METODOLOGIA	44
6	ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	46
7	CONCLUSÃO	59
	REFERÊNCIAS	61
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO	65

1 INTRODUÇÃO

Existe um desafio que permeia as corporações sejam elas privadas ou públicas, que consiste em deixar sua identidade evidente e bem definida perante a sociedade. Isso se dá principalmente por intermédio de atributos físicos, sendo a imagem pela qual a instituição se apresenta. Este atributo deve representar para as pessoas o que a organização realmente é, pois, A maneira de se vestir é também um código que expressa sinais que podem representar características da postura de um indivíduo ou de uma organização, isto inclui os uniformes.

Nesse contexto, fardamento significa muito mais do que uma simples vestimenta de trabalho, possui uma significância muito relevante para as instituições militares, a farda faz parte da identidade visual de uma corporação, vai além de uma questão de padronização, é sinônimo de respeitabilidade. Para a Polícia Militar não é diferente, pois é uma peça fundamental para a diferenciação da instituição em relação a sociedade, mas é importante que a polícia tenha em seus uniformes características que a distinguem e que a tornem única, desta maneira os indivíduos criaram uma perspectiva próxima ao que realmente corresponde ao que a instituição representa.

As vestimentas que caracterizam uma instituição apresentam uma espécie de simbologia de poder e autoridade em relação a sociedade. Essa é uma razão para que exista certa resistência quando se menciona a possível troca da vestimenta militar. Em alguns batalhões do Brasil já aconteceram mudanças de uniformes, mas tudo passou por um processo de análise e discussão para posterior aprovação. Qualquer alteração que venha ser realizada em uma vestimenta militar, permeia aspectos econômicos, sociais e éticos, esses fatores determinantes para que as corporações possam alterar suas vestimentas de combate ou não.

Ao longo dos anos várias modificações aconteceram no que se refere ao uniforme militar. Com a Polícia Militar do Estado do Maranhão (PMMA) aconteceu da mesma maneira. Uma mudança que pode ser aqui citada é da recente alteração mediante portaria normativa no ano de 2020 do fardamento das tropas especializadas da PMMA, essa troca no modelo da farda se deu principalmente em decorrência de que o modelo anterior não dava ao militar muito conforto em diversas situações.

Em várias Instituições Miliars mundo a fora o aprimoramento do uniforme de combate é uma realidade, principalmente por se tratar de um item que influencia na eficiência das atividades cotidianas dos agentes de segurança pública. O aspecto

situacional de uma melhora no conforto do servidor pode impactar significativamente na melhoria do serviço prestado à comunidade.

O atual uniforme é uma reformulação de um modelo padrão que é utilizado há anos pela instituição. Visto isso, torna-se viável a discursão a respeito da adoção de um uniforme mais leve e que possa gerar um bem-estar para o policial, e possivelmente facilite em operações e atividades rotineiras da sua função.

Na PMMA uma alteração no uniforme só pode ser feita sob a autorização do Comandante Geral, conforme o artigo 5º do Regulamento de Uniformes da PMMA e o Estado Maior. Para propor a composição das fardas, posse e uso de uniformes especiais não previstos, bem como as insígnias, distintivos e peças complementares a eles aplicáveis, existe a Comissão Permanente de Uniformes (CPU).

Toda proposta de modificação deve ser apresentada ao Comandante Geral por meio de portarias, visto que a CPU é subordinada a ele, ou seja, a comissão não pode realizar nenhum tipo de modificação sem a legítima autorização do comandante. A CPU regula o uso dos uniformes das tropas especiais, como Choque, policiais da área da saúde e mergulhadores por exemplo, conforme o artigo 43 do RUPOM.

O uniforme operacional é aquele utilizado diuturnamente pelos policiais das unidades da corporação, com maior incidência pode ser visto no policiamento ordinário e ostensivo, àquele em que o policial tem maior contato com a sociedade, tendo que ser uniforme e homogêneo, indiscutível, mas aqui se refere a necessidade de adequá-lo à realidade existente. Diante disso, destaca-se o seguinte questionamento: o fardamento da polícia militar do maranhão é adequado para a ergonomia e adaptação tática no serviço operacional ordinário? Ao passo que ao analisarmos as atividades desenvolvidas pelas unidades especializadas, observamos a natureza de suas funções, que são análogas, conforme pregoa os ditames reguladores da PMMA.

Por conseguinte, devemos tomar como referência e padronização os pressupostos da disciplina e identidade, assim, portanto, não extrapolando as alterações do uniforme, até porque, os próprios ditames já asseveram uma falta disciplinar quando as alterações não estão em conformidade com os artigos do Regulamento de Uniformes da PMMA e aprovação do Comandante Geral.

Este trabalho objetiva contribuir para um debate no qual o foco principal seja a análise e estudo de um uniforme que possa ser mais adequado para a realidade policial militar e as características climáticas do estado maranhense. Esta pesquisa

será embasada em revisão bibliográfica realizada através de artigos, regulamentos, portarias, que relatam a respeito do tema em questão. Além de estudo de caso, com aplicação de questionário, para melhor compreender as percepções dos sujeitos que fazem parte do universo da pesquisa.

2 OSTENSIVIDADE POLICIAL MILITAR

A Constituição Federal de 1988 expressa no artigo 144 parágrafo 5º que é dever das polícias militares o policiamento ostensivo e o resguardo da ordem pública. A segurança é de responsabilidade de todos, porém é um dever do Estado de garantir a preservação da segurança dos cidadãos (BRASIL,1988). Os órgãos integrantes do sistema de segurança pública nacional e suas incumbências conforme a Constituição de 1988 são:

Art.144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – Polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares;

VI – polícias penais federal, estaduais e distrital.

[...]

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (...).

[...]

§ 6º As polícias militares (...), subordinam-se, (...) aos Governadores dos Estados.

É possível notar com base nos parágrafos descritos na constituinte a função de cada uma das polícias, nota-se que a Polícia Militar realiza o policiamento ostensivo, ou seja, visa preservar segurança e a ordem pública. Isso indica que para a manutenção da paz, é por meio da presença da Polícia Militar que os governadores deixam evidente sua atuação frente a sociedade.

De acordo com o pensamento de Andrade (2020), Polícia Militar tem a função de manter a ordem pública, porém suas atividades não estão restritas apenas ao combate a crimes, ela deve também reprimir imediatamente quaisquer pessoas que cometa algo ilícito. A Polícia Militar é um dos órgãos do Estado de maior proximidade com os cidadãos, ela pode ser ainda o meio pelo qual se pode garantir os direitos individuais, com respaldo no interesse público (ANDRADE, 2020).

A Polícia Militar é, portanto, responsável pelo planejamento, organização, supervisão, controle, execução do policiamento ostensivo, da preservação da paz e ordem do Estado. As ações da Polícia são bastante abrangentes, pois vão desde uma simples patrulha ou informação, até a operações que exijam mais empenho dos agentes de segurança pública.

2.1 As modalidades de policiamento ostensivo

Deve-se considerar o disposto no artigo 78 do Código Tributário Nacional (BRASIL, 1966), que define juridicamente o poder de polícia da seguinte forma:

Disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos.

O conceito clássico relacionado a concepção advinda do liberalismo do século XVII, descreve o poder de polícia como uma atividade do Estado que objetiva limitar o exercício dos direitos individuais, para benefício da segurança geral. Já o direito brasileiro baseia-se em um conceito mais moderno, que consiste em beneficiar o interesse público, por meio da limitação dos direitos individuais (DI PIETRO, 2015).

É possível perceber que o Estado julga como fundamental o interesse da coletividade, a segurança pública é uma das áreas pelas quais exigem o poder de polícia. Quando as atividades estatais são limitadas por meio do poder de polícia, a garantia do bem-estar social acontece de forma mais eficiente, assim como a garantia de liberdade para os cidadãos.

Para Meireles (2015) o poder de polícia é um privilégio pertencente a Administração Pública, que visa limitar o gozo e uso de bens e direitos individuais, para o benefício da coletividade ou para o Estado. Entende-se que os doutrinadores, descrevem o poder de polícia como uma ferramenta de restrição de direitos individuais, para que toda a sociedade tenha um benefício em comum e que o Estado por sua vez, também se favorece desta iniciativa.

O Estado utiliza duas formas do poder de polícia, que são a administrativa e a judiciária. A polícia administrativa relaciona-se com os direitos, bens ou atividades e é exercida por órgãos de função fiscalizadora, age por prevenção ou repressão. A polícia administrativa é mais abrangente e se dissemina por toda Administração Pública. A polícia judiciária é mais restrita e se centraliza em determinados órgãos, como em Secretarias de Estado de Segurança Pública (AYRES; SANTOS, 2020).

O Dr. Alexandre Mazza (2016) descreve que, a polícia administrativa é associada a prevenção de crimes, ou seja, atua antes que ocorra o delito, baseia-se na doutrina do Direito Administrativo para agir. A polícia administrativa no Brasil é

relacionada com o policiamento ostensivo, logo é realizada pela Polícia Militar.

O policiamento ostensivo é apenas parte da atividade da polícia, o objetivo é a fiscalização, por isso, a importância de realçar o termo ostensivo, que se refere a expansão da atuação e exercício do poder de polícia. Ostensivo está relacionado a ação de dissuadir, e tem como principal marca o policial fardado e armado. Isso caracteriza a intensão do Estado de fazer notória para a população a sua presença, desta maneira reforça o poder e a hierarquia de uma instituição ao Estado (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2019).

O policiamento ostensivo consiste na representação visível, com intensão, de característica preventiva e enfatizado pela utilização de uniformes, viaturas e distintivos. É justamente o contrário do policiamento investigativo, que acontece sem que se tenham caracterizações que possam identificar de maneira visível o policial. O policiamento ostensivo pode ser realizado de maneiras distintas, podendo ser motorizado, fixo ou em algumas situações realizando rondas a pé. Segundo Santos (2019), podem ser aqui destacados os tipos de policiamento ostensivo que podem ser vistos pela sociedade, são eles:

- a) Patrulhamento: consiste em uma atividade de acompanhamento, fiscalização, proteção ou quando necessário é feito o uso da força para atender as demandas do cidadão. Neste tipo de policiamento ostensivo, faz-se necessário ter um aparato tecnológico relacionado a disponibilidade de ferramentas que auxiliem os indivíduos em chamar as forças policiais;
- b) Permanência: é o chamado policiamento fixo, normalmente realizado por mais de um policial em um posto ou módulo fixo, mas que possibilite as pessoas de se comunicarem com os militares do posto;
- c) Diligência: acontece quando existe a necessidade da realização de busca e apreensão de pessoas por mandato judicial ou em flagrante delito;
- d) Escolta: se dar por meio da guarda de bens ou pessoas em deslocamento.

Nota-se, portanto, várias maneiras de realizar o policiamento ostensivo, e que este objetiva prevenir a desordem e resguardar a sociedade contra possíveis cometimentos de crimes. Em fatos que gerem transtornos a ordem social, cabe também a polícia reestabelecer o cenário de paz social. Tanto ostensivamente quanto repreensivamente os agentes policiais precisam estar aptos e confortáveis para a realização de suas atividades. Sem este tipo de atividade a sociedade estaria sujeita aos criminosos e ao caos causado pela violência, o policiamento ostensivo se mostra

uma ferramenta importantíssima para a sociedade.

2.1.1 Policiamento Ostensivo a Pé

Esta modalidade de policiamento ostensivo acontece de preferência em locais e horários de grande movimento, normalmente feito por dois ou mais policiais, uma característica deste tipo de policiamento é que a ronda normalmente é feita em localidades que possibilitem a chamada imediata de reforço. É comum ver esta modalidade em centros comerciais e escolas por exemplo, porém existe ainda uma outra forma que acontece com um número maior de policiais, recorrente em locais de grande aglomeração, onde existe um risco eminente de confrontos, neste caso o acesso de viaturas é mais difícil (ESTADO DE SANTA CATARINA, 2014).

O policiamento a pé, devido a sua maior proximidade com o público no qual o serviço se destina. Esta atividade exige dos militares preparo físico, visto que durante todo expediente de trabalho, que costuma ser de seis horas, o agente ficará em pé parados ou circulando (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2019).

Este tipo de patrulhamento requer organização e estratégias, pois se faz baseada em divisão de equipes de serviço que seguem um itinerário predeterminado e em ações que têm o intuito de coibir ações criminosas que podem acontecer nos locais de grande movimento de pessoas. O policial em serviço deve estar atento a tudo, visto que qualquer informação tem sua importância em caso de alguma ocorrência, por essa razão o policial precisa estar devidamente equipado e bem confortável, para agir de maneira eficiente.

2.1.2 Policiamento Ostensivo Motorizado

Essa modalidade de policiamento acontece tanto em áreas urbanas como em áreas rurais, por meio do patrulhamento realizado com a permanência em um ponto fixo ou não. É uma das formas de apoio para o policiamento ostensivo a pé, tendo em vista a agilidade dos policiais em chegar onde aconteceu a ocorrência. Por meio deste tipo de policiamento é possível também que se tenha a cobertura em áreas de risco onde outras formas de policiamento são inviáveis (SANTOS, 2019).

Normalmente realizado por dois policiais, de modo que um é o motorista ou piloto. O patrulhamento motorizado pode ser realizado com o uso de carro ou motocicleta, são usados esses dois tipos pois nem sempre o automóvel terá a mesma

facilidade em relação a mobilidade das motos, que além de serem de rápida locomoção, possibilitam a entrada em locais que podem ter uma certa dificuldade (ESTADO DE SANTA CATARINA, 2014).

Os veículos devem ser adequados para realizarem o policiamento ostensivo, pois muitos irão trafegar em terrenos que dificultem a busca por suspeito e as operações solicitadas pela população. É notório que tudo tem que ser realizado com base em estratégias bem traçadas, para que exista êxito no policiamento ostensivo, seja ele preventivo de contingência. Da mesma maneira os policiais também precisam estar preparados fisicamente e com equipamentos e vestimentas adequadas para a realização das rotinas operacionais.

2.1.3 Policiamento Ostensivo com Bicicleta

Este tipo de policiamento é muito difundido em todo mundo, já que os grandes centros urbanos apresentam congestionamentos muitas vezes gigantescos, que acabam por atrapalhar o trabalho da polícia. O ciclo patrulhamento apresenta também um baixo custo e grande efetividade, tornam-se, portanto, uma ferramenta muito importante para efetividade do serviço militar (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2020).

O policiamento realizado com bicicletas é muito usado em regiões litorâneas, pois possibilita o patrulhamento na faixa de areia, onde outros veículos não conseguem chegar por conta do terreno. O ciclo patrulhamento requer dos policiais preparo tanto para o policiamento preventivo, quanto em possíveis ocorrências, que podem ser das mais simples como uma revista de um cidadão comum, até a apreensão de um cidadão armado sem que este detenha o porte legal.

Este tipo de policiamento tem se mostrado muito importante para as operações policiais, umas das razões é a versatilidade para o transporte nos mais diversos tipos de terreno, além de ser silenciosa, a bicicleta acaba passando muitas vezes despercebida, o que favorece o policiamento ostensivo. (LEMOS, 2019).

O ciclo patrulhamento é assim como outras modalidades de policiamento ostensivo, uma ferramenta de aproximação da polícia com a sociedade civil, pois o contato com as pessoas é maior. Esse pode ser um fator muito importante para a efetividade das ações policiais nas regiões em que acontecem esse tipo de patrulhamento.

2.1.4 Policiamento Ostensivo a Cavalo

Os cavalos são utilizados pela polícia a muitos anos, a própria história nos mostra isso, quando olhamos os relatos sobre guerras. É um tipo de policiamento bem relevante, em razão do porte do animal que possibilita ao militar ficar em uma altura elevada, isso facilita a visualização mais ampla do local onde acontece a patrulha (GOVERNO DO MARANHÃO, 2020).

O policiamento ostensivo montado se baseia na ação de presença, pois a estatura e força, transmitem para os que estão próximos aos pontos de parada maior segurança. Os policiais ficam fazendo rondas com paradas predefinidas onde contenham grande movimento de pessoas, para que os infratores não cometam delitos ou para manter a ordem pública (BENÍCIO, 2020).

A utilização da tropa hipomóvel tem se demonstrado um elemento diferenciador nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem - GLO, tanto na execução do patrulhamento urbano e rural quanto em missões de controle de distúrbios civis, sendo considerado fundamental para o cumprimento da missão. O equino potencializa a ação do militar quando montado, tanto nas atividades de patrulhamento e escoltas, quanto no controle de distúrbios civis atuando na dispersão de agressores em manifestações. O cavalo mostra-se muito eficiente, influenciando psicologicamente nas ações dos envolvidos, devido à imponência e estrutura física do animal, além do que, a posição mais elevada do cavaleiro montado traz uma visão privilegiada em relação ao homem a pé. (MENDES, 2017, p. 13)

Percebe-se que assim como os demais tipos de policiamento ostensivo o policiamento montado ou cavalaria, também depende de todo um preparo, visto que depende de uma animal para que aconteça e este deve ser adestrado, assim como o cavaleiro deve ser treinado para tais operações. A forma com que os comandantes organizam suas tropas é fundamental para que o trabalho seja desempenhado da melhor forma possível (BENÍCIO, 2020).

Pode-se notar que existem várias modalidades de policiamento ostensivo e que as mesmas exigem dos policiais preparo e condições adequadas para o exercícios de suas atividades. Essas condições vão desde questões ligadas ao estado psicológico, físico e instrumentos de trabalho disponibilizados. O uniforme também está incluso nesses instrumentos que condicionam as tarefas, pois além de ser uma maneira de distinguir a polícia da sociedade civil, ela pode ajudar ou não o desenvolvimento das atividades dos agentes de segurança. No capítulo a seguir serão demonstrados alguns exemplos de batalhões de policiais em alguns estados que optaram por modificar o modelo de uniforme operacional.

3 O FARDAMENTO POLICIAL

O fardamento Militar é uma característica marcante de uma corporação, mais do que uma tradição, o uniforme é uma forma tangente de identificação e diferenciação da polícia perante a sociedade. A diferenciação feita por meio do uniforme dos agentes militares do restante da sociedade civil é bastante peculiar e perdura a muito tempo, tem característica de costume e pode ser chamada também de estética militar (MICHALICK; HAMADA, 2020).

Os uniformes são elementos que cooperam para a formação da imagem de qualquer instituição. O fardamento não estar relacionado apenas a uma padronização, mas contribui para a continuidade das tradições, para o crescimento do brio dos que a vestem, para a consolidação das hierarquias e da disciplina. Além de favorecer a manifestação de potencialidades e de poder de uma tropa (SIRIMARCO, 2015).

É importante que se entenda a respeito da ética e estética dos uniformes militares, pois o uniforme militar ou qualquer outro fardamento que represente uma instituição, não é uma vestimenta qualquer. A farda representa não apenas um indivíduo, mas um grupo de pessoas. O uniforme militar é capaz de determinar a maneira de se portar e de trabalhar de um militar, isto quer dizer que, a estética da farda propicia ao sujeito uma conduta ou comportamento esperado por outras pessoas.

3.1 A importância da ética e estética dos uniformes

A estética está relacionada com a percepção dos indivíduos a respeito do mundo ou de um determinado objeto, por meio dos sentidos tato, visão, audição, paladar e olfato. Quando se fala do uniforme trata-se especificamente da impressão que a sociedade tem ao olhar um trabalhador fardado (DUARTE, 2016).

Conforme Camargo (1997, p. 59) descreve que “a estética militar, muito mais do que responsável pela boa apresentação da tropa e dos militares individualmente, é geradora de uma psicologia individual”. A estética dos uniformes refletem questões éticas e morais, visto que não são apenas uma roupa que representam uma organização, por meio da farda as pessoas podem associar questões relacionadas as atitudes humanas sejam elas boas ou ruins. Isto significa que o trabalho e a farda são ferramentas que podem conduzir a moral dos indivíduos.

O uso de um uniforme militar é capaz de fazer com que não se tenha diferenciação entre a farda e o corpo de quem a veste, isto ocorre em favor de uma lógica que propicie o ordenamento disciplinar. A figura demonstrada ou concedida pelo uniforme, permite que as pessoas identifiquem de maneira fácil a função de quem o veste, por meio de seus singulares e bastante significativos, tudo isso favorece a estética de uma farda militar. Os uniformes compõem um elemento de trabalho capazes de gerar os processos mentais (como percepção, atenção, cognição, entre outros), bem como a moral do indivíduo e sugere, através da estética, no que se refere a formação do objeto, uma ética no trabalho (MICHALICK; HAMADA, 2020).

Apesar do papel importantíssimo do uniforme, seu uso não é somente uma maneira de demonstrar força ou de distinção do militar do civil. No cenário contemporâneo, a farda manifesta vários outros atributos expressivos como a ordem e disciplina, que por sua vez são resultantes da estética militar, de forma que exprimem segurança para sociedade por meio da utilização do poder de polícia (SIRIMARCO, 2015).

É possível notar que quando se trata do tema sobre o uso das fardas não é algo simples, pois envolve muitas pressuposições e significados, isto compreende não só o militar, mas a sociedade também. As fardas estabelecem uma relação com a cognição humana, pois quando utilizada ela pode interferir na forma que o indivíduo se comporta. Deste modo, intui-se que a farda é muito importante para as organizações militares, principalmente para os policiais que lidam diretamente com o policiamento ostensivo, pois torna favorável a identificação dos integrantes do grupo e demonstram para a sociedade a presença da polícia (DUARTE, 2016).

A utilização da farda não pode ser algo separado da cultura do grupo de profissionais que a vestem. O uso da farda requer das pessoas que fazem parte da classe que a portam, uma estreita e forte relação de honra institucional, pessoal e ética. O significado de um uniforme para uma organização e para a sociedade procede desta associação, a farda não tem apenas simbologia profissional, ela é cercada de atributos morais (SIRIMARCO, 2015).

A estética e a ética profissional se relacionam de maneira tão evidente que são capazes de interferir na cultura do grupo de trabalhadores e no comportamento individual das pessoas. É essencial que se tenha conhecimento a respeito de como a ética e a estética podem ser benéficas em uma organização, além de se entender também o que pode prejudicar e ser retirado, para não gerar danos maiores ao grupo.

Quando se trata do uniforme deve-se pensar tanto nas pessoas que irão trajar o objeto, quanto na sociedade em geral, visto que elas principalmente terão percepções a respeito da instituição através dos profissionais equipados e devidamente fardados.

3.2 A função do uniforme militar

O uniforme ou farda, é uma vestimenta que é igual para membros de determinado grupo. Muitas instituições sejam elas privadas ou públicas adotam o fardamento como forma de identificação de imagem perante a sociedade e para o favorecimento de uma disciplina organizacional, isso se dá através de uma lógica que o uniforme perfaz na percepção humana de que a farda é a pele do indivíduo que a veste (FERREIRA, 2015).

As fardas possuem três funções conforme Santos *et al* (2017) a primeira é pragmática, isto está ligado a aplicabilidade prática do uniforme, de acordo com as suas atribuições estruturais, como a matéria prima, modelo, cor, maneira de confecção. A segunda é a função diacrítica, essa se relaciona com a possibilidade que o uniforme oferece de fazer a diferenciação entre os diferentes níveis hierárquicos de uma instituição. A última e não menos importante é a simbólica, tem a ver com o significado, expectativas, percepções, valores, sinais e princípios que o usuário da farda reflete.

Segundo Farias (2010), por meio da utilização do uniforme as instituições podem garantir a efetuação de 10 propósitos, são eles:

1. Proteção e segurança do usuário; 2. Economia, pois evita que o usuário use suas próprias roupas; 3. Higiene; 4. Comunicação (permite divulgar uma imagem empresarial); 5. Demonstração de pudor; 6. Estabelecimento de disciplina, ordem e limites (possibilita controlar as emoções e o comportamento); 7. Demonstração de uma posição social (evidencia o status e diferencia as classes); 8. Comunicação de identidade e pertencimento; 9. Sinalização de exclusão (presidiários); e finalmente 10. Destaque de ideais revolucionários e igualitários (FARIAS, 2010).

Na polícia o uniforme tem o objetivo de transmitir uma imagem de autoridade e poder do indivíduo que o usa, além de auxiliar na identificação do policial. Quando as pessoas se deparam com um policial fardado, cooperam de maneira mais rápida ou até mesmo travam seus comportamentos que de alguma maneira vão de encontro a legalidade, o uniforme militar gera nos cidadãos sentimentos que podem ser positivos como respeito e honra, assim como sentimentos negativos como raiva e medo, esses dois normalmente demonstrado por contraventores.

O ofício militar estabelece ao indivíduo várias prerrogativas, juntamente com abdições de direitos relacionados a esfera civil, isto inclui a vida particular, pois a vida militar é pautada por atitudes estritamente coerentes e corretas, além de um comportamento moralmente impecável. Esse comportamento ocorre graças a utilização da farda, que faz a diferenciação do militar com o restante da sociedade.

O uniforme representa não só a moralidade institucional, é uma modalidade para a sua montagem. Uma farda bem cuidada e com boa apresentação causa em quem veste e nas pessoas que observam ótimas impressões. A farda é um elemento bivalente, ou seja, representa tanto a honra institucional, quanto a honra individual, por essa razão deve ser utilizada de maneira adequada, de modo que potencialize para os indivíduos, a honraria que é envergar a farda (BOURDIEU, 1993 apud SIRIMARCO, 2015).

As fardas devem ser adequadas para a realização das atividades policiais, sejam elas dentro ou fora dos batalhões. É fundamental que os uniformes atendam padrões de funcionalidades e de adaptação ao cotidiano dos militares, uma farda que não atende a requisitos mínimos pode gerar para as operações serias consequências (CAMARGO, 1997).

É inviável que um militar realize suas tarefas com um uniforme inadequado e nem um pouco funcional, que além de atrapalhar sua mobilidade durante seu turno de trabalho, desconforto. É imprescindível que para a adoção de uniformes nas corporações se tenham estudos que possibilitem entender o que pode ser mais apropriado para que o militar tenha qualidade de vida no trabalho.

3.2.1 Gandola Militar

A gandola militar é o item que fica na parte superior do corpo, ela compõe o uniforme das forças armadas. Cada uma das forças tem o seu modelo de uniforme, com diferenciação de cores e tecidos usados na confecção. O uniforme que possui a gandola é também é denominado de fardamento de combate, em virtude da versatilidade que ele garante ao militar no ambiente de trabalho (DUWE, 2019).

A gandola é produzida em tecido *Rip Stop*, material composto por 33% de algodão e 67% de poliéster, que favorece a mobilidade e o conforto durante a utilização do uniforme. O tecido tem as seguintes características: repele a água, pois

é impermeável, resistente a rasgos, cordão para regulagem da cintura, além de outros elementos que fazem a gandola os para o serviço operacional.

A gandola de combate que é atualmente utilizada pela PMMA possui as seguintes especificações: Cor: cinza bandeirante; Manga: comprida; Gola: com bicos de cantos vivos com aplicação de aleta do lado esquerdo (de quem veste) e botão do lado direito (de quem veste) para o fechamento, tendo no centro a etiqueta de identificação inserida; Composição: 67% poliéster e 33% algodão; Acabamento: sarja 2/1E; Platina: entretelada com pesponto duplo, medindo 5,5 cm de largura na base e 4,5 cm nas extremidades; formato do tecido: quadriculado; tonalidade da cor: pantone 193908; Gramatura: 238 g/m²; Linha: 30 na cor do tecido; tipo de costura: matelassê; tipo de pano: duplo pespontado; fechamento dos bolsos: zíper; abertura para caneta no bolso superior esquerdo: 30 mm (MARANHÃO, 2020).

3.2.2 *Combat Shirt*

A camisa tática de combate é um modelo que tem o intuito de oferecer mais conforto ao militar devido ao tipo de tecido utilizado, a camisa possui mangas e golas em tecido *rip stop* e o dorso em malha. A *combat shirt* é recomendada para atividades que ofereçam exposição excarcerada ao sol, que acarreta em um nível elevado de transpiração. O modelo da camisa favorece ainda o uso do colete balístico, visto que fica rente ao corpo e possibilita ao militar colocar a camisa dentro da calça.

A camisa tática de combate possui proteção contra raios UVA e UVB, protege a pele do militar contra obstáculos como galhos e espinhos. O tópico 4.2 Modelo *combat shirt* utilizada em outros estados, descreve mais detalhadamente as especificações deste modelo (BEPM, 2020).

3.3 Fardamento do Maranhão

De acordo com alguns historiadores o Brasil utilizou uniformes portugueses criação de uniformes e distintivos exclusivos para as tropas brasileiras. Desta forma surgiram as primeiras fardas utilizadas pelos militares luso-brasileiros, isso foi um marco histórico, visto que as Forças Armadas Brasileiras se originaram nesta época. Com base no exército as Polícias Militares recém-criadas começaram a elaborar seus uniformes no mesmo estilo (OLIVEIRA, 2019).

Antes da criação do Corpo de Polícia da Província do Maranhão entre 1836 e 1847, usava-se o mesmo fardamento que os soldados do exército, somente em 1836 com a elaboração da Lei nº 21 em 17 de junho que os primeiros uniformes locais foram elaborados. O livro *Polícia Militar do Maranhão – apontamentos para sua história* (2006) relata que guardas municipais usavam a mesma farda que os militares vestiam, com o passar do tempo esses guardas se tornaram do Corpo de Polícia e realizavam o serviço militar.

Em 1938 o uniforme da Polícia Militar do Maranhão (PMMA) modificou-se, passou a ser da seguinte forma:

O seu fardamento era o azul ferrete, gola azul clara, canhão preto, barretina de pêlo, tendo na parte superior o laço nacional e a meia distância uma estrela radiante, no centro da qual estavam as iniciais C.P, denominado Corpo de Polícia, pluma verde, conforme o figurino junto. Os oficiais superiores e oficiais inferiores usavam os distintivos determinados pelo Exército, sendo que para o serviço diário fora adotado um pequeno uniforme; que constava de fardeta e boné. (POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO: apontamentos para sua história, 2006, p.38-39).

O uniforme da PMMA ao longo dos anos teve algumas modificações, a mais notória ocorreu a 23 anos, com a alteração na cor da farda que era azul ferrete e passou a ser cinza bandeirante. Em 1997 foi assinado pelo Comandante Geral da Corporação o Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Maranhão (RUPOM), este fora elaborado com o intuito de regimentar a confecção e uso dos uniformes, símbolos, distintivos e insígnias (OLIVEIRA, 2019).

Em 1998 por meio da Portaria nº 001 da Comissão Permanente de Uniforme (CPU) definiu-se o uso da camisa cinza bandeirante e as características do tecido a ser utilizado na confecção. A Portaria nº 043/2009 GCG, substituiu a gandola de manga curta e manga longa por modelos de mesma cor, porém com a gandola para fora da calça. A Portaria nº 016/2014 -GCG, substituiu os uniformes 4º A e 4º A-1 do RUPOM, a gandola cinza bandeirante meia manga pela gandola cinza bandeirante manga longa. A Portaria Nº 113/2016-GCG, que modificou detalhes da gandola retirando os bolsos inferiores e os reforços dos cotovelos, costas e peitoral, esta foi a última modificação da gandola 4º A usada no policiamento ordinário. (OLIVEIRA, 2019).

3.4 Fardamentos regulamentados em outros estados

Já fora descrito a respeito da importância do uniforme militar, ele funciona não apenas como um padrão da corporação, mas como figura fundamental para a diferenciação da polícia em relação aos cidadãos comuns, que por sua vez podem enxergar os militares uniformizados como um fator de imponência e presença do Estado na comunidade.

Ver-se então que a farda constitui um instrumento de trabalho que possibilita ao Estado conduzir processos como a atenção, e percepção do indivíduo, assim como, aspectos éticos e morais, quando se analisa pelo parâmetro de que a farda requer de quem a usa uma respeitabilidade e comprometimento. Quando se trata da possibilidade de mudanças nas fardas militares, muitas questões devem ser levadas em consideração, não somente a estética. Uma alteração na farda pode causar uma certa modificação em questões morais e éticas no trabalho (DUARTE, 2016).

Por muitos anos as Polícias dos Estados conservaram o uniforme de cor caqui, estabelecido desde 22 de novembro de 1934, através do Decreto nº 160 determinado pelo Ministério da Guerra, que definia que nenhuma corporação militar estadual deveria ter o uniforme igual ao utilizado pelo exército. Até o fim da década de 1960, a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), criada no período da ditadura militar, para fiscalizar e controlar as polícias militares de todo Brasil, determinou a mudança na cor dos uniformes das forças estaduais de segurança.

O antigo uniforme cor caqui foi substituído pelo uniforme de cor azul-marinho. Algumas corporações foram resistentes a essa mudança, como a do estado do Rio Grande do Sul e em Minas gerais, que não modificaram os seus uniformes para a nova cor, a maior parte das polícias estaduais aderiram a mudança, como por exemplo o Maranhão, até então a maior modificação foi apenas a cor da farda (MONTEIRO, 2006).

Alguns estados optaram por modificar a farda, uma das razões é a modernização do antigo uniforme operacional para um modelo mais leve e confortável. Estas mudanças aconteceram baseadas em vários fatores, como o clima, a qualidade de vida e boas condições para o militar, a funcionalidade da farda, entre outros requisitos. Não poderiam acontecer modificações que retirassem dos uniformes a percepção da sociedade a respeito da polícia (MICHALICK; HAMADA, 2020).

3.3.1 Mato Grosso

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT), por meio do Decreto nº 1.400, de 18 de outubro de 2012, efetivou uma mudança em seu uniforme, iniciada no dia 06 de novembro de 2013. Nesta oportunidade foi modificada a cor da farda que era azul-petróleo e passou a ser cinza bandeirante, além de uma pequena mudança na calça, que antes tinha uma liga que ficava presa sobre o coturno, a calça passou para uma social com pregas e o coturno apresenta agora um cano mais curto (FERREIRA,2015).

Aparentemente essa parece uma alteração pequena, mas que causou discussões na sociedade e na Instituição. Principalmente entre os próprios policiais que defendiam na época da mudança que a nova farda não era adequada para o serviço operacional. Muitos policiais relataram que o uniforme era frágil e não tinha flexibilidade suficiente para que alguns movimentos pudessem ser executados, dificultando assim a realização de suas tarefas. A figura 1 a seguir demonstra o modelo do atual uniforme 4º A usado no policiamento ostensivo (FERREIRA,2015).

Figura 1 - Uniforme: 4º A – Policiamento Ostensivo Geral



Fonte: RUPM/MT, 2012.

Esse uniforme é composto pelos seguintes itens: Gorro cinza bandeirantes, com pala; - Camiseta branca; - Camisa cinza claro, manga curta ou longa; Calça cinza bandeirantes; Cinto de nylon preto com fivela prateada padrão PM; Meias pretas; Coturno preto, cano baixo ou alto. Utilizado no policiamento ostensivo geral, em atividades operacionais. O uso desse uniforme deve ser complementado com o colete de proteção balística. Pode também ser usada a camisa com manga curta ou longa,

conforme determinação do Comando- Geral da Corporação (RUPM/MT, 2012).

Em uma pesquisa realizada em 2015 foram feitos vários questionamentos para os militares, entre os quais estavam questões relacionadas a satisfação deles com relação a farda, no que se refere a conforto, mobilidade e ao reconhecimento da polícia pela sociedade civil com o novo uniforme. Uma parcela de 58% dos entrevistados afirmou que a nova farda tirava a identidade da polícia e a população não reconhecia a presença dos policiais. Outro ponto levantado foi sobre a qualidade do material, que para 67% dos policiais era de baixa qualidade e se desgastava de maneira mais acelerada. Até o novo modelo de coturno foi reprovado pelos policiais, pois os mesmos achavam ele desconfortável (FERREIRA,2015).

A farda tinha o intuito de ser mais confortável, no que tange a adaptação ao clima do estado, porém 89% dos entrevistados afirmaram que esse objetivo não foi alcançado, visto que a farda era desconfortável. 95% dos policiais pesquisados consideram que a farda é inflexível, visto que por exemplo a barra da calça sem liga acabava enroscando em objetos. Um dado bem relevante dessa pesquisa é que 63% dos respondentes revelaram que a farda é totalmente inadequada para as atividades operacionais executadas (FERREIRA,2015).

Por meio desta pesquisa foi possível observar que os objetivos do novo regulamento não foram alcançados, visto que grande parte dos policiais estavam insatisfeitos com o novo uniforme e ele não alcançou os objetivos nos quais a Comissão de Reformulação de Uniformes (CRU) traçou. Melhor adaptação ao clima, conforto, segurança e qualidade de vida do policial, reconhecimento da população, além de operacionalidade e praticidade. É portanto, indispensável que antes de qualquer mudança em uniformes, aconteçam testes, para que se chegue a um modelo que mais se aproxime dos resultados esperados por uma corporação.

3.3.2 Santa Catarina

O novo uniforme operacional utilizado pela Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), é atualmente um dos mais modernos utilizados por forças de segurança no país. Foi alterado por meio de um decreto em 2019. A gandola deixou de ser a padrão com tecido mais grosso e passou a ser do tipo *combat shirt*, fabricado em tecido denominado *rip stop*. Esse tipo de tecido é mais confortável para o militar em serviço, visto que é respirável e atende as necessidades diárias dos militares (PMSC, 2019).

Antes da adoção da nova farda foram feitos testes e estudos, minuciosamente analisados pelo Estado-Maior da PMSC, para avaliar se o uniforme seria adequado para as tarefas desempenhadas e se ele realmente iria ser ajustável aos padrões de clima, terrenos, vegetação, fatores que interferem de maneira direta na operacionalidade da farda (PMSC, 2019).

A principal alteração desse uniforme consiste na gandola, como já foi descrito. Agora confeccionada em tecido tipo *rip stop flex* na cor caqui, composição 55% poliéster e 45% algodão com aproximadamente 230g/m². Na frente com dois bolsos chapados e retangulares contendo duas pregas tombadas e pespontadas, bolsos cobertos por lapelas entreteladas e fechadas por velcro caqui. Abertura frontal com vista dupla escondendo os botões, botões na cor caqui. Gola social com garruchas bordadas nas pontas e ombros com lapelas abotoadas por botões caqui. Mangas longas com punhos fechados por botões caqui (BEPM, 2020).

Figura 2 – Uniforme operacional PMSC



Fonte: PMSC, 2019

É possível ressaltar ainda uma mudança ocorrida na calça, que para proporcionar melhor eficiência nos movimentos realizados em ações policiais, recebeu ajustes que possibilitem maior conforto e praticidade para os militares. Calça operacional confeccionada em tecido tipo *rip stop flex* na cor caqui, com composição de 55% poliéster, 45% algodão e aproximadamente 230g/m². Com elástico nas extremidades do cócs traseiro e do cócs frontal proporcionando flexibilidade e aumento de medidas na cintura da peça, cócs com cinco presilhas largas, fechamento através de um botão (botão deve ficar escondido) e zíper de metal (botão e zíper na cor caqui).

Todos esses itens foram feitos com intuito de possibilitar a flexibilidade no momento das operações (BEPM, 2020).

O que se pode entender a respeito desse modelo de uniforme, é que antes de qualquer alteração um estudo aprofundado foi realizado, para que não acontecessem erros que pudessem ser prejudiciais a operacionalidade dos agentes de segurança. A modernização do uniforme foi primordial para melhorar a qualidade de vida dos policiais e o seu desempenho nas suas rotinas de trabalho.

Quando as condições de trabalho proporcionadas são efetivas, torna-se muito mais fácil para o policial se sentir satisfeito e conseqüentemente exercer sua função com mais afinco. A mudança para um uniforme mais leve e que se adeque as condições de clima, terreno, altitude no caso da PMSC, foram fatores bem relevantes, que modernizaram não apenas a farda, mais toda uma corporação.

4 POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO

Em 17 de junho de 1836 a Polícia Militar do Maranhão foi criada por intermédio da Lei nº 21, que fora assinada pelo Presidente da Província do Maranhão, Antônio Pedro da Costa Ferreira. Na época da criação da Polícia foram efetivados 412 policiais, constituído por um Estado Maior e quatro Companhias de Infantarias, a nomeação para compor o Corpo de Polícia era realizada pelo Presidente da Província. Poderiam fazer parte da tropa qualquer cidadão que estivesse apto para servir e de preferência pessoas de confiança que fossem do exército, mas que pudessem ser dispensados para realizar este serviço (MARANHÃO, 2006).

No ano de 1940 o contingente e área de atuação foram ampliados. O principal objetivo deste reforço era combater a desordem ocasionada pelo avanço dos quilombos no interior, os deputados na época permitiam que o Corpo de Guarda Campestre realizasse ataques contra esses quilombos. Uma mudança significativa ocorreu em 1838, quando a instituição adotou fardamento, insígnias e um manual de comportamento para os cidadãos que pretendiam ingressar na polícia (FARIA, 2007).

A Instituição Polícia Militar do Maranhão ao longo dos anos sofreu várias modificações, se destacam os nomes criados para denomina-la, o quantitativo de policiais e os níveis hierárquicos. Em 1971 a Lei nº 3.119 de 4 de janeiro, a PMMA foi criada, e passou a ser chamada de Polícia Militar do Estado do Maranhão. As mudanças sociais contribuíram para a estabilidade da instituição, pois a mesma passou a se adequar a realidade vivida em cada época, pode-se exemplificar o ingresso de mulheres na corporação, com a criação do Pelotão Feminino em 1982 (MARANHÃO, 2006).

Percebe-se que a PMMA ao longo dos anos se transformou em algumas questões, principalmente adequou-se a realidade social. A Lei nº 4.570 de 14 de junho de 1984, dispõe a respeito da Organização Básica da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências. O artigo 2º da referida lei descreve as atribuições e serviços realizados pela PMMA, são eles:

Art. 2º. Compete à Polícia Militar:

- I – executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da Lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;
- II - atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presuma ser possível a perturbação da ordem;

- III - atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;
- IV - atender a convocação parcial ou total, inclusive mobilização, do Governo Federal em caso de guerra ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se à força terrestre para emprego em suas atribuições específicas de Polícia Militar e como participante da Defesa Interna e Defesa Territorial;
- V – Revogado pela Lei n.º 7.844, de 31/01/2003
- VI – exercer:
 - a) Missões de guarda e honras militares;
 - b) Guarda da sede dos Poderes Estaduais;
 - c) Atividades de assessoramento policial militar na forma do disposto no artigo 19, parágrafo único, desta Lei.
- VII - Atender por determinação do Secretário de Segurança, às requisições do Poder Judiciário;
- VIII – desenvolver operações policiais em conjunto com a Polícia Civil;
- IX – cooperar com os demais órgãos de segurança interna, quando solicitado por autoridade competente (MARANHÃO, 1984, np).

É notório que a principal atividade realizada pela Polícia Militar do Maranhão é a conservação da ordem através de mecanismos planejados, como por exemplo o policiamento ostensivo. A PMMA precisa atuar em várias frentes e tudo requer preparo e boas condições de trabalho, isso serve para atividades básicas e também para as operações mais complexas, nas quais o militar realiza no seu dia de trabalho.

O policiamento ostensivo é o tipo de serviço mais notável que a PMMA desenvolve, pois é o modo pelo qual se tem de prevenir a ocorrência de crimes ou qualquer ação fora da lei, logo se faz mais presente no cotidiano dos cidadãos. No tópico 2.1 deste trabalho relata-se sobre o policiamento ostensivo e suas características. O termo se relaciona com o poder de dissuasão da polícia, ou como uma forma do Estado de se fazer notório em meio a população (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2019).

Existem diversas modalidades para a realização do policiamento ostensivo, a PMMA conta com várias dessas ferramentas, como a cavalaria, policiamento com motocicletas, bicicletas, viaturas ou até mesmo policiais a pé em locais de grande movimento, como os centros comerciais. Essas são algumas formas nas quais a PMMA pode atuar, subtende-se que para um bom desempenho no trabalho o policial precisa ter condições adequadas, isso inclui suas ferramentas de trabalho, seu uniforme e as condições climáticas da região, visto que o policiamento ostensivo acontece fora dos batalhões.

Para melhor adequação ao tipo de serviço que o policial exerce a PMMA dispõe de três tipos de uniformes que utilizam a gandola cinza. O uniforme operacional

4º A, que possui a gandola com apenas 2 bolsos superiores usada no policiamento ordinário e gandola manga longa do uniforme de instrução para policiamento ostensivo em motocicleta e montado, que possui dois bolsos inferiores, dois bolsos superiores, juntamente com reforço externo nos cotovelos e nas costas, diferente da gandola 4º A usada em policiamento ostensivo geral que possui apenas 2 bolsos e não possui reforços nos cotovelos (MARANHÃO, 2020).

Alguns policiais passam horas em locais pouco arejados, o que a carreta em um dia exaustivo de trabalho, uma maneira de amenizar esses impactos negativos é com a adequação do uniforme para o clima do Maranhão, que costuma ser bem seco a maior parte do tempo. Não se pode pensar em uma modificação sem que se façam estudos que proporcionem um melhor embasamento a respeito do tipo de uniforme que melhor se adapte ao clima no estado (OLIVEIRA, 2019).

Uma proposta de alteração na gandola seria importante para melhoria nos uniformes da cavalaria, do policiamento feito em motocicletas e o policiamento ostensivo geral. Em virtude da gandola possuir um modelo mais funcional e que se adeque a melhor as atividades desempenhadas pelos militares.

4.1 Uniforme operacional da PMMA

O uniforme da PMMA foi alterado algumas vezes no decorrer da história, o objetivo é que além de ser funcional, pudesse ser uma simbologia da identidade da corporação. A última mudança mais significativa aconteceu em 2009, por meio da Portaria nº 043/2009 GCG com data do dia 14 de julho. A alteração se caracteriza com a mudança nas mangas curtas e compridas da gandola, além da substituição dos macacões dos motociclistas, passou-se a utilizar o uniforme 4º A com a gandola de mangas longas e para fora da calça (OLIVEIRA, 2019).

De acordo com o Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Maranhão (RUPOM, 1997), estabelecido pelo Decreto nº 15.777, em seu artigo 12 descreve a composição do uniforme operacional 4º A, com os seguintes elementos:

IV - UNIFORME OPERACIONAL

a) UNIFORME 4º A

(1) Posse: obrigatório para Oficiais e Praças;

(2) Uso: em atividade de policiamento ostensivo geral, instrução e ensino, nos expedientes das Unidades Operacionais, nas formaturas ou quando determinado. **O gorro com pala branco e cordel branco será usado no policiamento ostensivo de trânsito.**

(3) Composição:

(a) Masculino

- Gorro com pala cinza bandeirante ou branco;
- Camisa cinza bandeirante meia manga;
- Calça cinza bandeirante;
- Cinto de nylon cinza bandeirante;
- Meia preta;
- Coturno preto.

(b) Feminino

- Boina cinza bandeirante;
- Camisa cinza bandeirante meia manga;
- Camiseta branca meia manga;
- Saia cinza bandeirante para Oficial, Subtenente e Sargento;
- Saia-calça cinza bandeirante;
- Cinto de nylon cinza bandeirante;
- Meia fumê ou na cor natural;
- Sapato preto social.

OBSERVAÇÃO: a saia deverá ser usada, somente em expediente interno, sendo que a saia-calça no policiamento ostensivo geral na instrução e ensino, nos expedientes e formaturas (GRIFO NOSSO).

Essas são as características do uniforme no que se refere a questão visual, o militar precisa estar com todos esses elementos ao utilizar o uniforme, pois além de servir como a identidade da corporação, é a maneira contida na norma da instituição para apresentação durante a escala de serviço. Este uniforme é usado em atividades operacionais, as especificações do tecido para a fabricação dele são as seguintes, conforme o quadro 1 a seguir.

Quadro 3 - Especificações da gandola do uniforme 4º A

TECIDO	ARMAÇÃO	COMPOSIÇÃO	PESO M ²	LARGURA	COR
Rip Stop	Sarja 2/1	67% poliéster 33% algodão (+- 5%)	238g/m ² (+- 5%)	1,60 m	Cinza bandeirante pantone 193908

Fonte: Maranhão (2020)

No quadro 1 nota-se que o uniforme é fabricado com o tecido *rip-stop*, que consiste em um entrelaçado de fios de poliamida e poliéster, esse trançado cria uma superfície de bloqueio resistente. Desta maneira em caso de algum acidente que cause dano ao tecido, esse método de cruzamento dos fios faz com que o dano seja minimizado. É um tipo de tecido fabricado para situações de muito desgaste físico do material (OYAPOC, 2019).

O uniforme militar requer uma qualidade tanto no material de composição, quanto no modelo, para que seja aproveitado da melhor forma e garanta ao policial

maior mobilidade e conforto, a figura 3 a seguir destaca o modelo do uniforme operacional utilizado atualmente pela PMMA durante o policiamento ostensivo a pé.

Figura 3 – Uniforme Operacional 4º A PMMA



Fonte: Elaborado pelo autor, (2021)

Como observa-se na figura 3 o modelo do uniforme operacional 4º A deve seguir os padrões impostos pelo RUPOM. Esse é o fardamento padrão para atividades operacionais em qualquer região do estado, de acordo com o tipo de policiamento algumas poucas mudanças podem acontecer, mas não interfere de maneira significativa na funcionalidade da farda.

Sabe-se aconteceram muitos avanços tecnológicos com relação a criação de tecidos de maior qualidade e que se adaptem ao ambiente no qual é exposto. Clima, tipo de atividade, terreno, são fatores que precisam ser considerados quando se trata da fabricação de um uniforme, pois esses elementos são fundamentais para que se tenha um parâmetro para utilidade da farda. Fala-se muito sobre a *Combat-Shirt*, um modelo com mais eficiência a realidade do policial militar.

4.2 Modelo combat shirt utilizada em outros estados

Em todo mundo as corporações policiais buscam melhorias para as condições de trabalho dos militares e a modificação do uniforme é uma delas. Com o intuito de aprimorar o desempenho de seus militares, algumas corporações de diferentes estados do Brasil optaram por realizar mudanças significativas para o conforto de seus agentes.

Uma dessas corporações já mencionadas nesta pesquisa é a do Estado de Santa Catarina. Em 2019 por meio de um decreto, foi adotado o modelo *combat shirt*,

que é mais agradável para o militar em serviço, pois é mais respirável. Estudos avaliaram a qualidade do uniforme, funcionalidade, adaptação ao clima, o conforto proporcionado ao agente que usaria a farda, tudo isso feito antes de que o uniforme fosse posto para aprovação do Estado-Maior. (PMSC, 2019).

Outro estado a adotar o mesmo tipo de uniforme é o estado de Sergipe, utilizado principalmente por policiais que realizam o policiamento ostensivo a pé ou motorizado. Este tipo de uniforme facilita também no uso de colete balístico que nestes dois casos são obrigatórios, pois o tecido é mais leve torna a farda como um todo menos desconfortável (RUPMSE, 2020).

Essa farda é muito eficiente em locais com temperaturas muito elevadas, como é o caso de Sergipe. O tecido favorece a transpiração e contém fator de proteção UV50. Em virtude disto, proporciona para o militar a experiência de usar um tecido leve e mais respirável, consequentemente oferece mais conforto para o seu dia de trabalho.

A composição do uniforme *combat shirt* é tecido *rip stop*, com 65% de poliamida e 35% de algodão nas mangas, na região do peito e das costas usa-se o tecido *dry fit*, composto por 100% de poliéster. Além de proteção UV 50FPS, resistente a água. Todas essas especificações foram estudadas e colocadas em práticas após ser percebido que houve muitas melhorias para os policiais (PMSC, 2019).

No Maranhão a última mudança de maior relevância aconteceu em 2009 com o uso da gandola de mangas compridas para maior proteção contra a exposição ao sol. Porém 11 anos após isso não houve mais nenhum tipo de aprimoramento expressivo na farda da PMMA, além do ocorrido em 2016 por meio da portaria A Portaria Nº 113/2016-GCG, que retirou os bolsos inferiores e reforços dos cotovelos da gandola do uniforme 4º A (OLIVEIRA, 2019).

4.2.1 O Uso Da *Combat Shirt* na Pmma

Na Polícia Militar do Estado do Maranhão a Camisa Tática de Combate, já é utilizada por algumas companhias do Batalhão de Operações Especiais, como a ROTAM (Ronda Ostensiva Tático Móvel), COSAR (Curso de Operações E Sobrevivência em Área Rural) e o CATE (Curso De Ações Táticas Especiais), essas tropas utilizam esse novo uniforme regulamentado pelo comandante geral, visto que foi aprovada apenas em Boletim Geral da PM. Percebe-se portanto, que o Comando

da PMMA já tem conhecimento a respeito do modelo de uniforme *combat shirt* (MARANHÃO, 2020).

Percebe-se portanto, que o Comando da PMMA já tem conhecimento a respeito do modelo de uniforme *combat shirt* (MARANHÃO, 2020).

O uniforme 4º A em uso pela PMMA mesmo com alterações pouco relevantes concernentes ao modelo, passou por algumas modificações relacionadas ao tipo de tecido, costuras, essas mudanças contribuem para a usabilidade da farda pela tropa. A proposta não tem o intuito de desqualificar o uniforme, apenas sugere um uniforme mais moderno e que proporcione mais conforto ao militar.

Alguns batalhões apresentaram a intensão de modificar seus próprios fardamentos, como é o caso do Choque, BOPE e BPA, por meio de projetos apresentados ao Comando. As sugestões destes batalhões visaram a obtenção de uniformes que fossem mais apropriados para as suas necessidades. Isso reforça o quanto é primordial que aconteça uma mudança do uniforme 4º A cinza, não só pela questão da estética e padronização, mas para garantir aos militares boas condições na realização de operações de policiamento ostensivo geral.

O intuito é a ampliação do uso desse uniforme por outros batalhões, principalmente os que realizam o policiamento ostensivo. Segundo Oliveira (2019), de todos os 1.116 militares entrevistados, 97,2% consideram que a gandola 4º A deve ser substituída por um uniforme mais moderno e 92,7% gostariam que o atual uniforme fosse substituído pela camisa tática de combate. Já é realidade um protótipo desenvolvido para uma possível substituição do atual uniforme operacional 4º A pelo modelo *combat shirt*, além de ser um tecido mais leve, o protótipo aparenta ser muito mais confortável e ajustável ao corpo. A figura 4 a seguir expõe o modelo proposto da *combat shirt*.

Figura 4 – Protótipo *Combat Shirt*



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em um protótipo do atual fabricante (2021)

Esse modelo mais moderno de acordo com as especificações de tecido e modelo, é favorável para o uso pelos militares que executam o policiamento ostensivo em todo estado. Devido a sua fácil adaptação a altas temperaturas, que é o caso do Maranhão em grande parte do ano e é mais confortável, garantindo a facilitação de transpiração.

4.3 O Clima no território Maranhense

O Maranhão possui uma área de 1.554.300 km² de extensão, é o segundo maior estado do Nordeste. Devido à proximidade com a linha do equador, é uma região de baixa latitude, com um grande litoral, com cerca de 640 quilômetros. Esses são alguns dos fatores que contribuem para a formação climática do Maranhão, que possui três tipos climas: clima Equatorial, clima Tropical úmido e clima Tropical sub úmido (MARINCOLA, 2018).

O Clima Equatorial é caracterizado por ser muito úmido e quente, localiza-se principalmente nas regiões oeste e noroeste do estado, onde sofre bastante influência da Floresta Amazônica. A incidência de chuvas é bastante alta, porém o clima pode variar entre 25 e 29° (PINHEIRO, 2018).

O Clima Tropical Úmido está presente na maior parte do Estado, e se caracteriza por ter duas estações bem determinadas: a chuvosa que vai de janeiro até Junho, e a seca que vai de junho a Dezembro. A média de temperatura desse tipo de clima vai de 22 a 26 °C (PINHEIRO, 2018).

O clima Tropical Seco e Úmido é o clima com menor índice de chuvas. Tem suas duas estações bem definidas, o período chuvoso acontece entre os meses de março e outubro, e o período de estiagem de novembro a fevereiro. Isso ocorre devido à proximidade com a região semiárida do Nordeste, onde as temperaturas são bastante elevadas (MARINCOLA, 2018).

O Maranhão possui predominantemente altas temperaturas, o que torna o trabalho do policial militar cansativo devido a exposição demasiada ao sol. O uso de um uniforme mais adequado para as condições climáticas do estado seria relevante para maior eficiência dos profissionais, melhoria na qualidade de vida no trabalho e mais funcionalidade do próprio uniforme, pois este se torna mais adaptável as tarefas nas quais o agente policial é exposto.

5 METODOLOGIA

A pesquisa é um conjunto de ações que precisa realizar um grupo de processos preestabelecidos por meio de um método fundamentado na racionalidade, com o objetivo de encontrar respostas e resultados de um determinado problema. Conforme Gil (2002, p. 17) a pesquisa “desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados”.

Como já fora dito a pesquisa acontece por meio de um método, que são as etapas e processos que possibilitam a realização do estudo, por meio da investigação de fatos e fenômenos. A metodologia científica avalia, descreve, examina, métodos e estratégias que favoreçam o processamento de informações, com o intuito de resolver problemas. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 14), “a Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”.

Conforme o objetivo a pesquisa é de caráter descritivo, visto que faz um detalhamento das opiniões de determinada população, neste caso de militares da PMMA. Nessa abordagem busca-se compreender as características de um grupo, suas crenças, pontos de vista. Para Triviños (1987, p. 110) afirma que “o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

O pressuposto epistemológico deste trabalho consiste na teoria positivista que utiliza técnicas de coleta, análise e tratamento de dados quantitativos para a ampliação de conhecimento a respeito de determinada (MOREIRA; CALEFFE 2008). A pesquisa também temo cunho exploratório, visto que se pretende desenvolver uma pesquisa de um tema pouco explorado, porém com a pretensão de proporcionar uma visão mais aprofundada acerca do assunto. O estudo exploratório permite ao investigador aprimorar suas experiências em relação a um determinado tema. Segundo Gonsalves (2003, p. 65), a pesquisa exploratória:

É aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de fornecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Esse tipo de pesquisa também é denominada “pesquisa de base”, pois oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema.

Utilizou-se quanto a natureza o método quantitativo, em razão da busca por dados quantificáveis, busca-se respostas por meio da validação de dados através de técnicas estatísticas. De acordo com Richardson (1999, p. 70), “o método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”.

Em relação aos procedimentos técnicos para a elaboração deste trabalho, realizou-se a pesquisa bibliográfica, análise documental de primeira mão através de documentos oficiais e segunda mão. Para o estudo bibliográfico aplicou-se o uso de revistas, livros, trabalhos, manuais, regulamentos, editais, portarias, artigos e monografias, relacionados ao tema. O quantitativo de publicações voltadas para este assunto é deveras pequeno, mas as que foram encontradas foram de extrema importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

Foi realizado ainda um estudo de caso, em virtude da necessidade de se conhecer de maneira mais ampla o objeto da pesquisa. O foco deste tipo de procedimento são casos reais, temas atuais. Assim, a realização de um estudo de caso é justificável “se o caso se constituir em um evento raro ou exclusivo ou se servir a um propósito revelador” (YIN, 2001, p. 67).

Para a elaboração do conteúdo teórico da pesquisa, foram selecionados 32 estudos de bases de dados virtuais como Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), além de manuais, portarias e editais. Desses documentos 26 escolhidos dentro de um critério de exclusão e inclusão, em virtude de que alguns trabalhos não se encaixavam no conteúdo proposto. Além da exclusão de artigos que foram publicados em um período inferior a 2015.

O estudo de caso foi realizado por meio de questionário aplicado na Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias (APMGD) e em alguns batalhões, por meio da ferramenta *Google Forms*, entre os dias 11 de abril e 03 de maio de 2021. O questionário encontrasse em anexo ao trabalho. Obteve-se 119 questionários respondidos, as perguntas se relacionavam com o objetivo da pesquisa, afim de adquirir respostas que pudessem gerar uma discursão a respeito do tema.

6 ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão expostos os resultados obtidos por meio do questionário aplicado aos Praças, Praças especiais e Oficiais da APMGD e de lotados em outros batalhões. O questionário aplicado teve o objetivo de subsidiar a pesquisa através de informações a respeito da utilização do uniforme operacional 4º A, suas características e funcionalidade, além de identificar as expectativas dos militares em relação a uma possível alteração.

Sendo assim, durante o período de 11 de abril a 03 de maio de 2021, foi realizada a aplicação do questionário, que obteve 119 respondentes de ambos os sexos. O questionário foi composto por 16 perguntas, das quais 15 são perguntas fechadas, isso devido a possibilidade do entrevistado de ter apenas uma resposta, além de uma pergunta aberta, com resposta subjetiva. A tabela 1 a seguir contém os dados sociodemográficos dos respondentes, a finalidade é conhecer melhor os participantes da pesquisa.

Tabela 2 - Dados sociodemográficos dos respondentes

CATEGORIA	VARIAVEIS	ABSOLUTO	%
Posto/Graduação	Praças/Praças Especiais	109	92,4%
	Oficiais	9	7,6%
Ano de curso	I ano	22	22%
	II ano	25	25%
	III ano	18	18%
	IV ano	35	35%
Carga Horária	Menos de 48 horas por semana	41	34,2%
	Mais de 48 horas por semana	76	65,8%
Horário/Turno	Diurno	11	9,4%
	Noturna	14	12%
	Alternado	92	78,6%
Local de trabalho	Interno	24	20,7%
	Externo	14	12,1%
	Alternado	78	67,2%

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

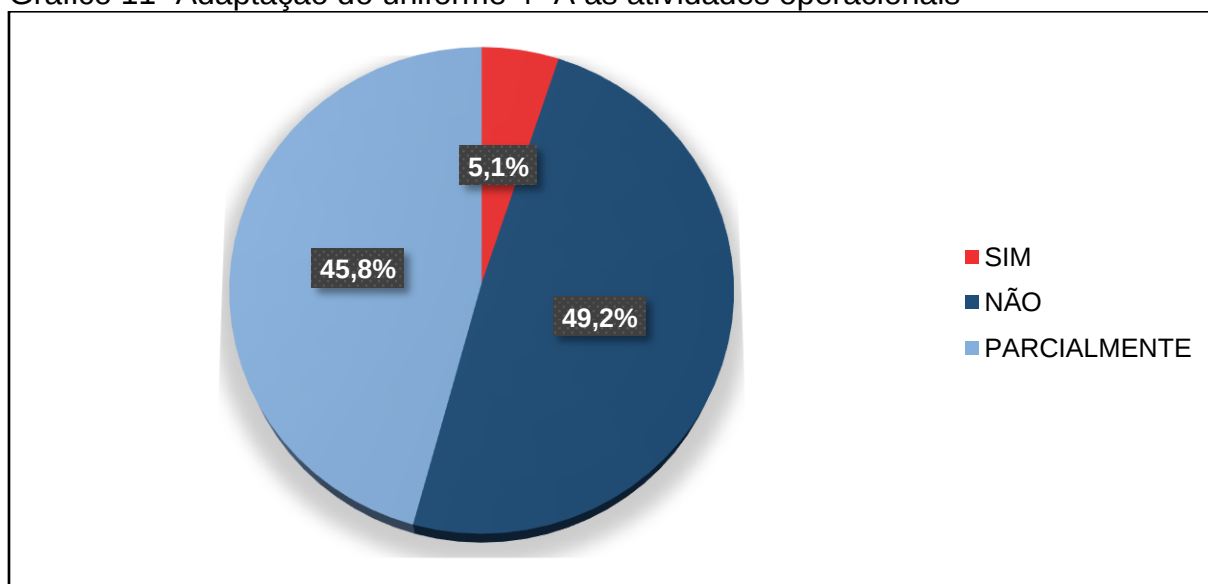
A tabela 1 consta informações relacionadas a questões sociodemográficas, como por exemplo o posto ou graduação, dos respondentes 92,4% são praças ou

praças especiais, 7,6% são oficiais. Os cadetes responderam ainda sobre o ano que estão cursando 22% estão no primeiro ano de curso, 25% cursão o segundo ano, 18% o terceiro e 15% o quarto ano.

Para o melhor entendimento a respeito do horário de trabalho dos participantes desta pesquisa, indagou-se sobre qual a carga horaria e turno eles estavam a desempenhar suas funções. As respostas obtidas foram, 34,2% trabalham menos de 48 horas e 65,8% por mais de 48 horas. Os militares 9,4% responderam que executam suas atividades diuturnamente, 12% no período noturno e 78,6% em turnos alternados. Esta pesquisa visa compreender o cenário de trabalho que os respondentes fazem parte, para isto perguntou-se a respeito do trabalho ser realizado em ambiente interno 20,7% disseram que trabalham internamente, 12,1% ficam em ambientes externos e 67,2% de maneira alternada. Conforme Brandão (2018), afirma que esses dados são importantes para que se conheça melhor o público alvo da pesquisa.

Com o intuito de conhecer as percepções dos policiais a respeito do uniforme foram feitas onze perguntas voltadas para este quesito, além do clima e possíveis melhorias. O gráfico 1 a seguir se correlaciona com a funcionalidade do atual uniforme 4º A. Quando questionados sobre a adequação do uniforme nas atividades operacionais, as respostas obtidas foram as seguintes.

Gráfico 11- Adaptação do uniforme 4º A as atividades operacionais



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

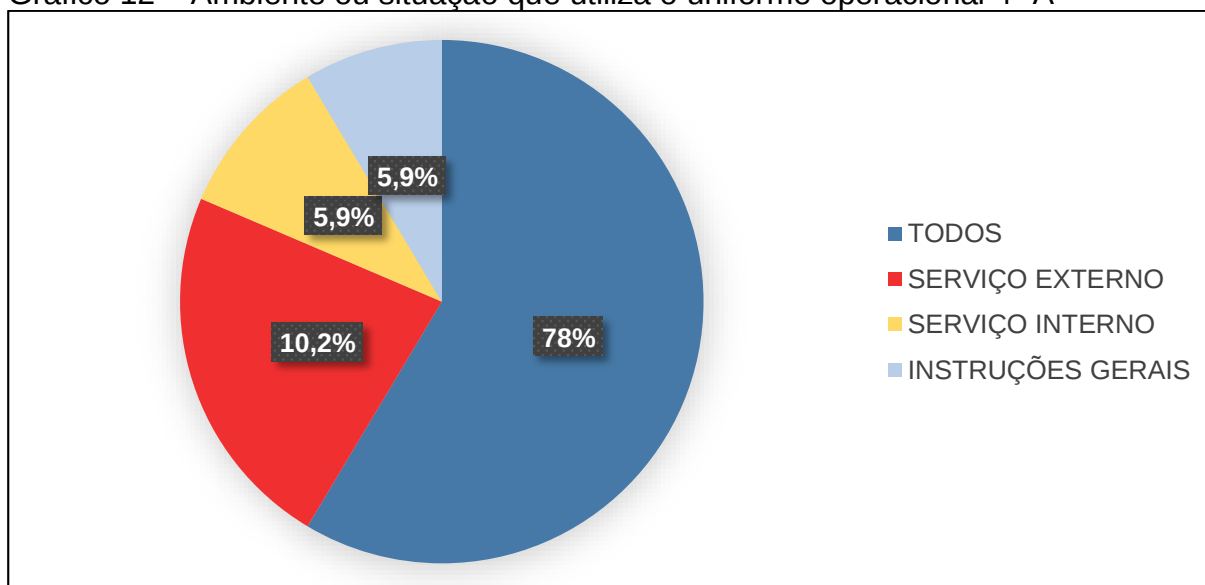
O gráfico 1 como já fora dito faz referência ao uso do uniforme e sua

adequação a realidade diária vivida pelos militares. Percebe-se que 49,2% dos profissionais relatam que o uniforme não é ideal para o serviço operacional, isso corresponde a 58 militares, quase a metade do total de respondentes. 45,8% responderam que o uniforme é parcialmente adequado e 5,1% consideram o uniforme apropriado para o exercício de suas atividades diárias.

Esta indagação se associa com os estudos sobre ergonomia, conforme Ilda (2005) para que um profissional seja produtivo ele precisa ter boas condições de trabalho, isso engloba saúde, segurança e satisfação. O uniforme faz parte das ferramentas de trabalho do militar logo, é necessário que seja um material de qualidade que permita maior conforto durante o período que é utilizado.

É importante conhecer o ambiente e as situações no qual os policiais realizam suas atividades, pois a partir disso pode-se tirar conclusões a respeito das suas percepções relacionadas ao uniforme operacional 4º A. O gráfico 2 a seguir representa o local que os militares exercem suas funções.

Gráfico 12 – Ambiente ou situação que utiliza o uniforme operacional 4º A



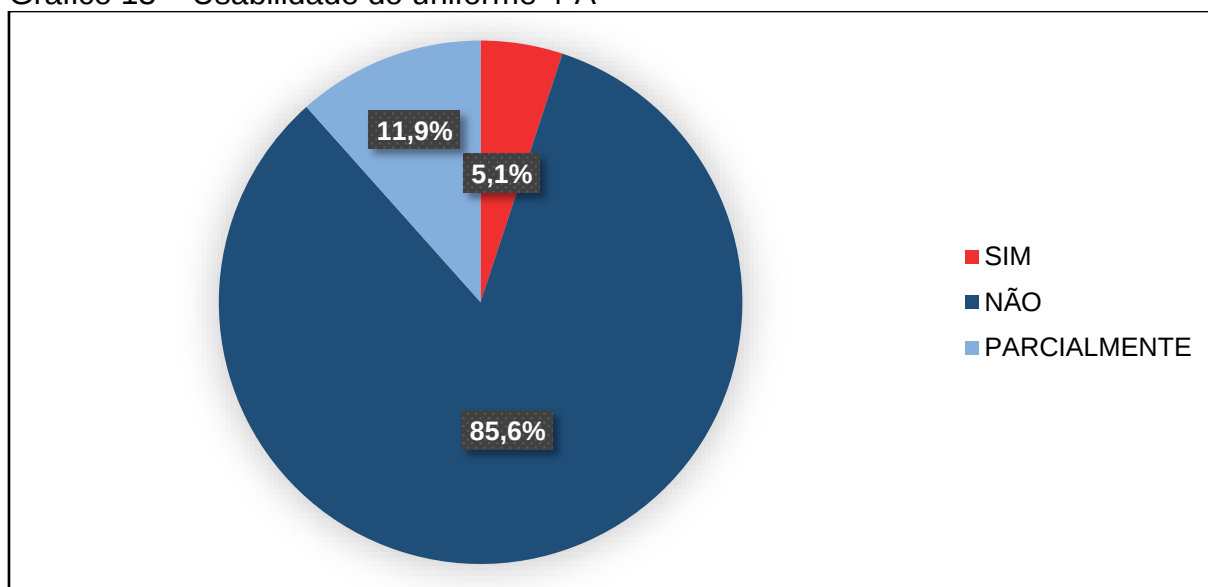
Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

É possível notar que os policiais utilizam o uniforme operacional em situações diversas. Foi concluído que 78% dos agentes utilizam o uniforme em todas as situações sugeridas na pergunta, 10,2% em serviços externos e 5,9% em ambiente externo e instruções. A farda precisa ter um grau de aplicabilidade satisfatório, isso significa que ela precisa atender as necessidades demandadas durante o expediente do militar em diversos ambientes.

Para Santos *et al* (2017) as atribuições estruturais do uniforme devem estar de acordo com o ambiente no qual o agente será exposto. Isso se refere a modelo, matéria prima, forma de confecção. Todas essas características devem seguir um padrão que se adeque as exigências diárias. O ambiente no qual o militar trabalha interfere de maneira significativa na sua percepção a respeito da aplicabilidade, bem-estar e conforto que ele tem referente ao seu uniforme, logo essa impressão impacta na produtividade e na satisfação dele quando estar em serviço, que necessita ter boas condições para manter-se motivado e trabalhe de maneira eficiente.

Quando perguntados a respeito da mobilidade oferecida pelo uniforme 4º A os militares precisavam levar em consideração os demais elementos que fazem parte do uniforme operacional (colete de proteção balística e o cinto de guarnição), que ficam sobre a gandola. O gráfico 3 a seguir expõe a concepção dos participantes conforme suas experiências cotidianas.

Gráfico 13 – Usabilidade do uniforme 4ºA



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

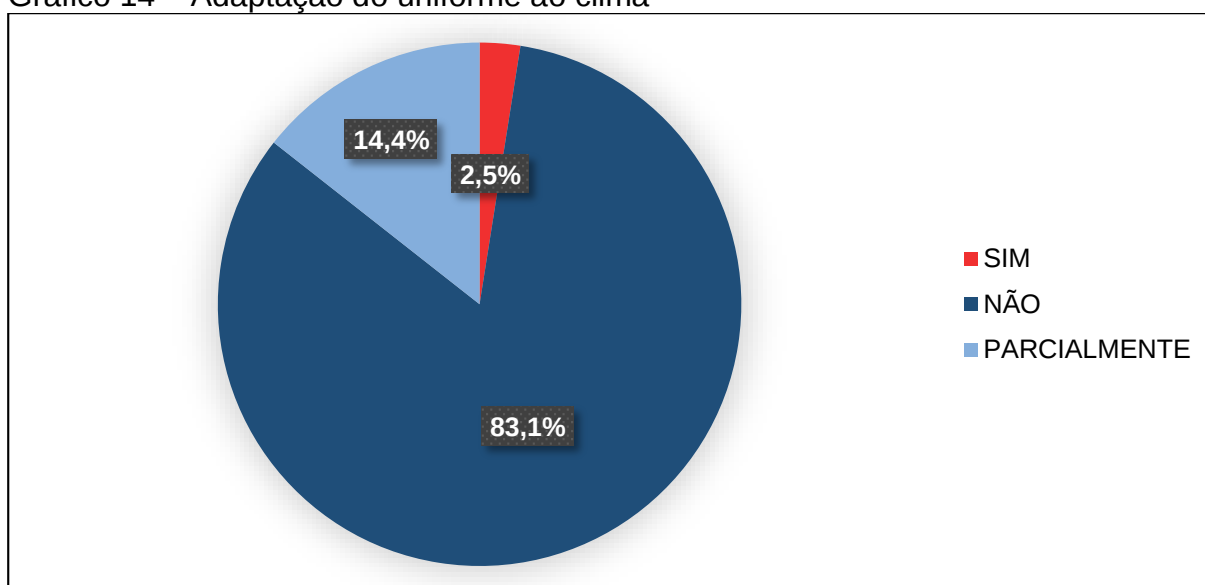
Nota-se de acordo com os dados coletados que 85,6% consideram que o uniforme operacional 4º A desfavorável quando usado em operações, pois prejudica a mobilidade/ergonomia dos agentes. 11,9% acreditam que o uniforme prejudica de forma parcial e 5,1% acham que não interfere no seu cotidiano. É fundamental ter condições boas para a realização do trabalho, isso inclui o uniforme que o indivíduo irá utilizar, pois qualquer tipo de mecanismo inadequado pode gerar transtornos na realização de tarefas.

Uma farda que seja um ferramental eficiente para o policial pode acarretar em maior produtividade e satisfação, visto que ele irá exercer suas funções com mais afinco e com a sensação de bem-estar garantida. Isso corrobora com o pensamento de Camargo (1997), que relata que a ergonomia é um fator importantíssimo para uma excelência dos profissionais. A ergonomia se refere ao cuidado de uma instituição pela saúde do seu profissional tanto no ambiente de trabalho, como fora dele.

A ergonomia visa diminuir riscos, melhorar as ferramentas disponíveis para que o trabalhador exerça suas tarefas com segurança. No caso da PMMA o uniforme 4º A de acordo com os dados coletados nessa questão e com a demonstração do gráfico, não é o mais adequado para o exercício de policiamento ostensivo. Os entrevistados acreditam que ele não favorece a mobilidade, visto que sobre ele ainda é colocado o colete de proteção balística e o cinto de guarnição.

Sobre o uniforme 4º A foi levantado o questionamento a respeito da adaptação dele ao clima do estado, que na maior parte do ano é quente. O clima neste caso é um fator importante a se analisar, pois tanto para a manutenção do atual uniforme quanto para uma alteração para a *combat shirt*, tem muita influência no posicionamento dos militares que trabalham em ambiente externo. O gráfico 4 a seguir expõe as opiniões dos agentes em relação a adaptabilidade do uniforme 4º A.

Gráfico 14 – Adaptação do uniforme ao clima



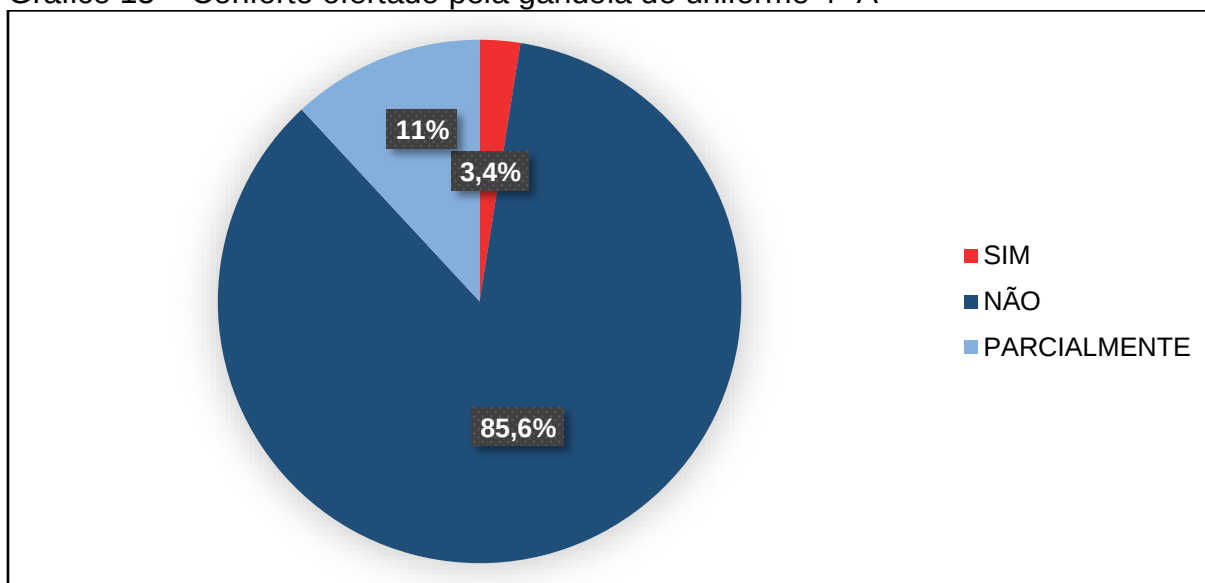
Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

É nítido que muitos militares estão insatisfeitos com o atual uniforme, no que se refere a adaptação ao clima, 83,1% dos respondentes declararam que o atual

uniforme operacional não se ajusta as mudanças de temperatura que ocorrem no estado, no caso do Maranhão ao calor. São 14,4% que afirmam que o uniforme é parcialmente adequado. Se for levado em consideração as temperaturas no estado que variam de 22° a 29° associado ao clima seco, conforme Marincola (2018). As vestimentas inadequadas ou que não se moldam conforme o ambiente, podem gerar grandes desconfortos.

Optou-se ainda por questionar o ponto de vista dos respondentes sobre o tipo de material usado na confecção da gandola do uniforme operacional. O gráfico 5 a seguir expõe em percentual as opiniões descritas pelos agentes.

Gráfico 15 – Conforto ofertado pela gandola do uniforme 4º A



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

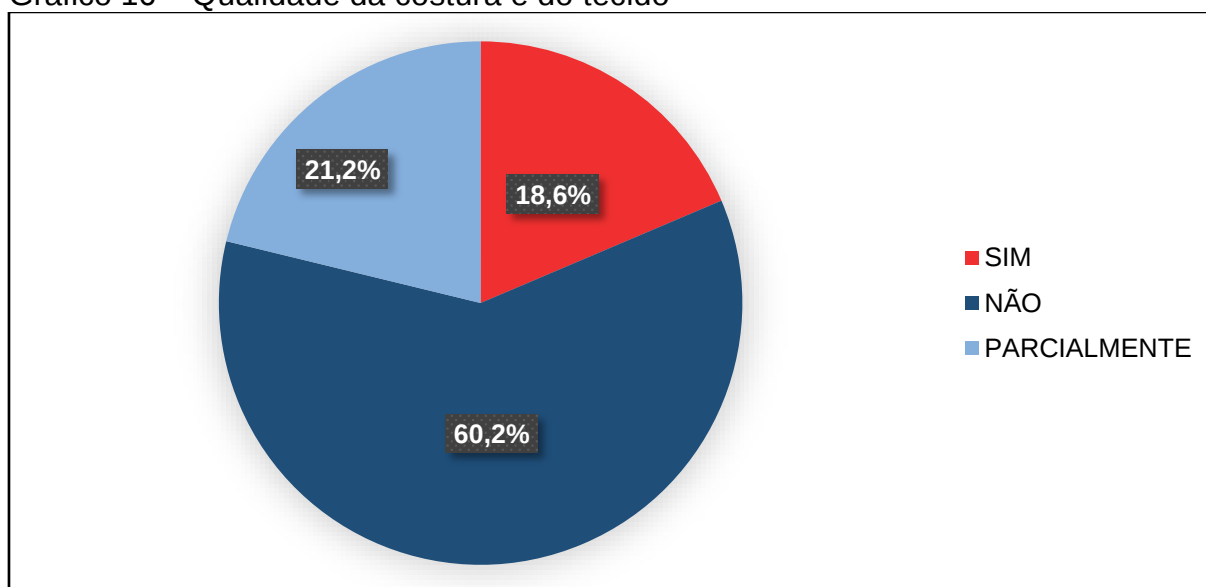
O material usado na confecção da gandola do uniforme 4º A conforme Maranhão (2020) é o tecido *rip-stop*, composto por 33% algodão e 67% poliéster. Um material usado a muitos nos uniformes militares, pois é bastante resistente a rasgos e é durável. Porém, 85,6% dos policiais consideram que o material não é confortável para o uso em sua rotina de trabalho, apenas 3,4% dos respondentes confirmam que o material é confortável, um número pequeno que representa uma insatisfação quanto a este quesito.

Apesar de quesitos como repelir a água, ser resistente a rasgos e ter ajuste na cintura, a gandola não é suficiente para adequar-se ao cotidiano dos policiais. O tecido que faz parte da fabricação da farda precisa ser de qualidade e se moldar a realidade vivida pelo militar, isso ratifica o pensamento de Camargo (1997) sobre a

necessidade de disponibilizar aos indivíduos as melhores ferramentas (isso inclui a farda) para o uso em serviço.

Ainda na busca de entender melhor sobre a qualidade do material do uniforme e da costura usados na gandola do uniforme 4º A, indagou-se sobre a opinião dos militares a respeito da qualidade do tecido e da costura, que precisam ser muito reforçados, para que sua durabilidade seja conforme os padrões estabelecidos. O gráfico 6 esclarece em números as respostas dos entrevistados.

Gráfico 16 – Qualidade da costura e do tecido



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Conforme o gráfico demonstra mais da metade dos militares consideram que o uniforme não possui tecido e nem costuras de qualidade. Das 118 pessoas que responderam o questionário 71 que corresponde a 60,2% acreditam que não tem qualidade nesses quesitos. 21,2% que tem qualidade de forma parcial e 18,6% entendem que o material e a costura são de qualidade.

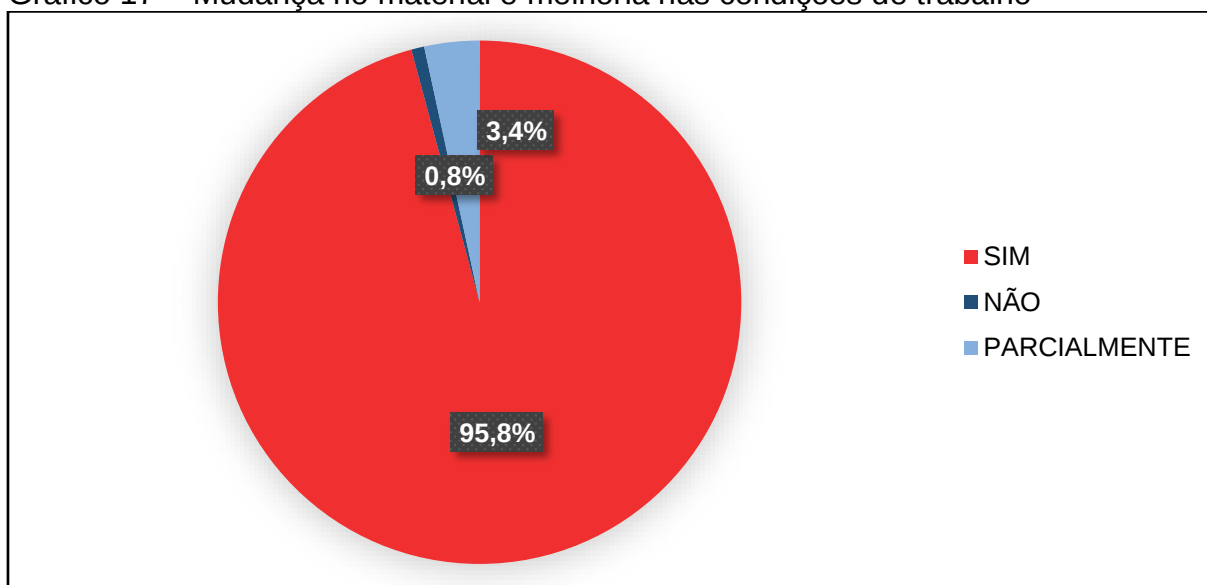
É fundamental para a rotina de trabalho de um policial que ele tenha um uniforme que lhe garanta mobilidade e conforto, isso requer do tecido e da costura qualidade excelente. Ferreira (2015), corrobora com este pensamento afirmar sobre o novo uniforme da PMMT, que tinha um tecido frágil e que não era o mais apropriado para as rotinas dos militares. As vezes o policial tinha transtornos em suas tarefas por atrapalhas causados pelo uniforme que rasgava com facilidade.

Entende-se que não é apenas o modelo que garante maior eficiência de um uniforme, o tipo de tecido e aspectos como costura são importantes para a

usabilidade de uma farda. Para ser capaz de atender as necessidades de conforto, segurança e funcionalidade a farda precisa que esses requisitos tenham um valor considerável de qualidade.

Assim como houve um questionamento relacionado ao material do atual uniforme operacional, optou-se por entender as percepções dos respondentes sobre a importância de uma mudança para a qualidade nas condições de trabalho. Sobre a sugestão na mudança do material obteve-se os seguintes resultados, conforme o gráfico 7.

Gráfico 17 - Mudança no material e melhoria nas condições de trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

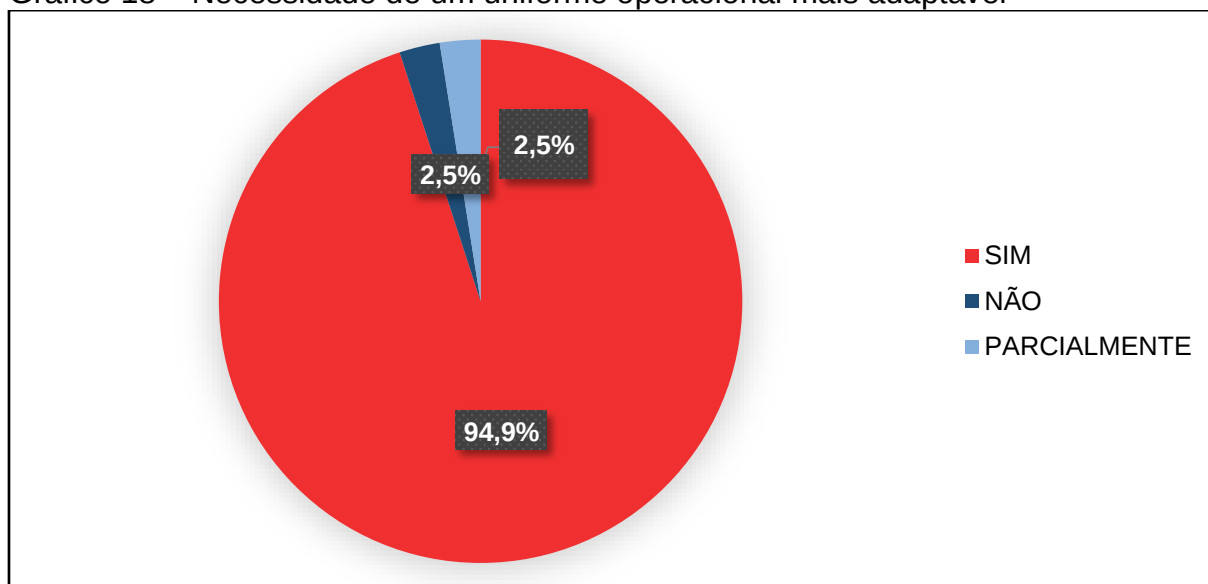
O gráfico é bem esclarecedor quando demonstra que 95,8%, que corresponde a 113 respondentes acreditam uma mudança seria importante para melhorar a qualidade de vida no trabalho. O uniforme não está relacionado apenas com questões voltadas para a estética ou identidade da instituição, a farda é um instrumento que permite ao indivíduo segurança, mobilidade, conforto. Essa afirmação liga-se com o que é defendido por Farias (2010) quando diz que a farda é um meio de proteção para o trabalhador, pois ela serve de escudo contra riscos eminentes no ambiente de trabalho.

No caso da PMMA um novo uniforme teria que abranger em termos de eficiência, as necessidades voltadas para a rotina em operações em ambiente interno, externo, clima chuvoso ou de sol, que é a realidade do estado durante o ano. A principal objeção dos militares se refere justamente a não adequação do atual

uniforme 4º A as temperaturas elevadas do Maranhão, conforme mostra o gráfico 4, logo existe uma associação entre o fator clima e a possibilidade de alteração da gangorra. Em uma pesquisa realizada por Oliveira (2016), respondida por 26 militares da PMPR, houve o total de 96,2% dos respondentes com a afirmação de que o uniforme com um tecido e modelo mais moderno usado pela tropa desde 2016, se adapta ao clima da região, favorece a transpiração, consequentemente gera maior conforto para o militar.

A intensão deste trabalho não é desqualificar o atual uniforme operacional, o objetivo é propor a modernização do mesmo para a contribuição na qualidade de vida dos agentes. Isto posto, viu-se a necessidade de questionar os participantes sobre a mudança para um uniforme mais adaptável as operações de policiamento ostensivo. O gráfico 8 expõe com clareza as percepções a respeito deste questionamento.

Gráfico 18 – Necessidade de um uniforme operacional mais adaptável



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

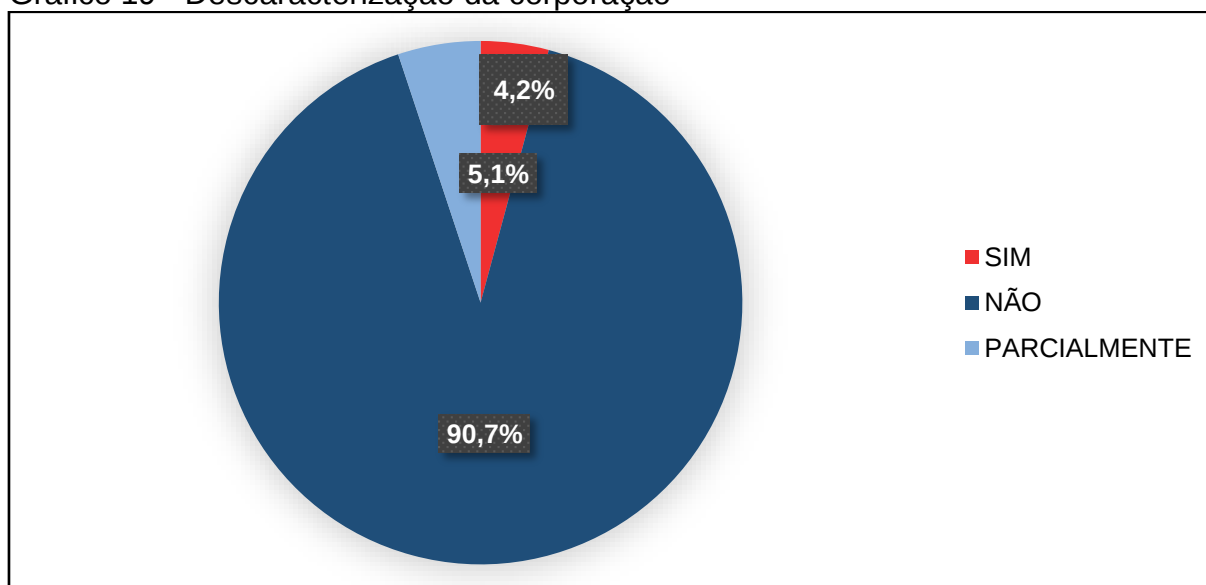
O gráfico é claro na demonstração em percentual do quantitativo de agentes que acreditam que existe uma necessidade de mudança, são 94,9% dos participantes. Esse percentual está ligado diretamente com o gráfico 1 sobre a adaptação do uniforme operacional 4º A, onde 49,2% consideram o atual uniforme inadequado para atividades operacionais e 45,8% responderam que é parcialmente adequado, ou seja, não é suficiente para se adaptar as atividades operacionais.

Ao analisar os gráficos 1 e 8 pode-se afirmar que existe uma necessidade

de mudança na gandola do uniforme 4º A para um modelo e tecido mais moderno, como o *combat shirt* por exemplo, já utilizado por outras policias em alguns estados do país, como Santa Catarina e Paraná. A modernização nessas corporações se deu principalmente em razão de adaptar o uniforme a realidade operacional das tropas, em relação ao clima, terreno e mobilidade.

Ao realizar uma mudança na farda de um batalhão militar, deve-se considerar a estética e a identidade da corporação. Relacionado a isso indagou-se sobre uma possível descaracterização da tropa caso ocorresse uma modificação no uniforme. O gráfico 9 refere-se a opinião dos participantes sobre a descaracterização da corporação.

Gráfico 19 - Descaracterização da corporação



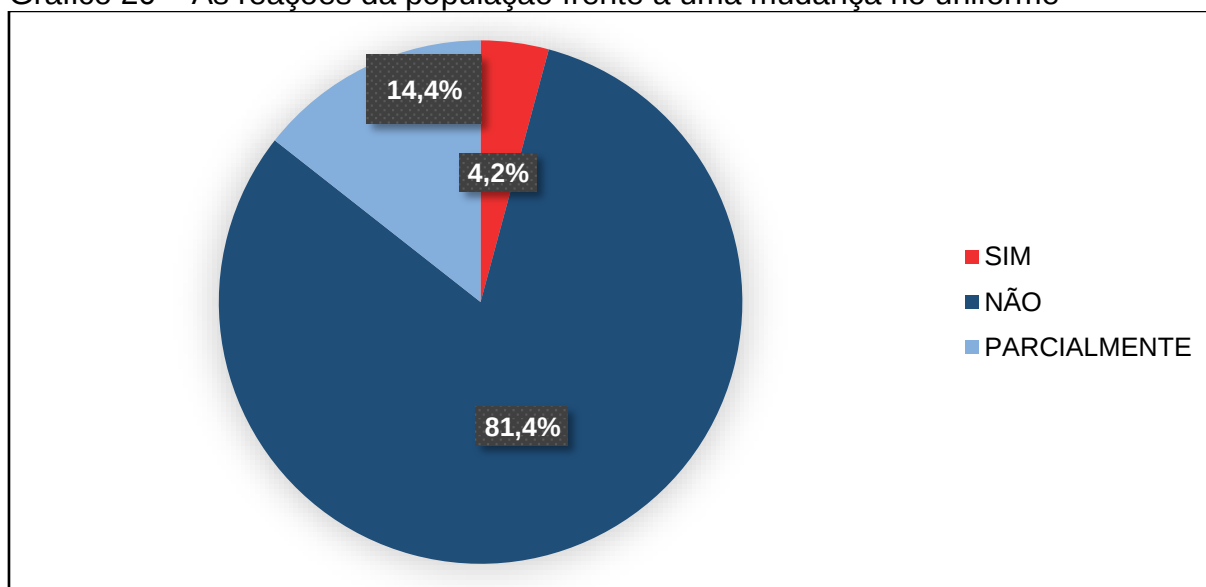
Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A farda de uma corporação é um elemento que fortalece a identidade da mesma. Não é possível realizar uma alteração que impacte negativamente a identidade da polícia. Um total de 90,7% acredita que uma mudança na gandola não seria suficiente para descaracterizar a polícia militar. A razão para isso é que antes da mudança existe todo um processo de análise e autorização por parte do comandante Geral a respeito do que pode ser feito no uniforme.

O número de participantes que afirmam que a modificação iria influenciar na descaracterização da tropa é muito relevante. Vale ressaltar conforme Sirimarco (2015) que a farda gera no indivíduo que veste um crescimento no sentimento de honra e favorece a manifestação do poder da tropa e do respeito entre os agentes.

Não existe uma possibilidade de mudança sem que se analise os fatores externos, ou seja, a visão na qual a sociedade terá da polícia em caso de uma alteração no atual uniforme operacional 4º A. o gráfico 10 a seguir expõe a visão dos participantes a respeito de como seria a visão da sociedade, se existiria algum afastamento da sociedade ou estranheza entre PMMA e civis, obteve-se os seguintes percentuais.

Gráfico 20 – As reações da população frente a uma mudança no uniforme



Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Conforme o questionamento realizado apenas 4,2% dos respondentes afirmam que se a farda for modificada a população poderia estranhar e se afastar da polícia. É um número pouco relevante for levando em consideração os que acreditam que não terá impacto negativo, são 81,4% dos participantes.

Esse percentual de que não haverá estranheza se dá principalmente em virtude do conhecimento dos militares sobre o uniforme de combate, demonstrado neste trabalho na figura 5. A camisa tática de combate não foge muito dos padrões de cor do atual uniforme as principais diferenças são o modelo proposto e o tecido. Portanto, não causaria muito impacto na população essa modificação.

No mesmo questionário optou-se por fazer uma pergunta aberta, pois ela possibilitaria entender melhor as o entendimento dos participantes sobre a ergonomia e sensação térmica causada pelo uso do uniforme operacional 4º A. Os participantes estão denominados no quadro como P1, P2, P3, P4, P5. As respostas do quadro 2 a seguir referem-se a algumas das percepções dos respondentes.

Quadro 4 - Respostas dos militares sobre a gandola do uniforme 4º A

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
P1	A atual gandola é muito quente para o clima. [...]. Há uma necessidade de mudança no material.
P2	O tecido é desconfortável, não absorve suor, e fica malcheiroso [...]em temperatura mais amena o tecido também não mantém a temperatura corporal do profissional. [...] o tecido não permite a transpiração natural do corpo, o que deixa as mulheres mais suscetíveis a infecções urinárias e foliculites. Continua
P3	A atual gandola reduz consideravelmente a mobilidade do militar, algo que é (continua) extremamente necessário as atividades diárias, sobretudo na atividade operacional. Além disso promove uma maior fadiga e desconforto térmico em virtude de termos um clima quente e a atual gandola potencializa esse calor que é sentido pelo policial, o que gera um maior estresse durante o serviço, afetando diretamente na qualidade do mesmo.
P4	O serviço de externo durante o dia, no período do verão é insuportável a sensação termina ao ser usada. Isso atrapalha ainda mais quando se utiliza o colete por cima. Às vezes eu era obrigado a tirar o colete ao realizar patrulhamento em viaturas sem ar condicionado principalmente durante o verão. Acredito que não faça bem nem pra saúde de polícia mais idosos e fora do peso. A farda torna uma agonia e tortura pra essas pessoas.
P5	O tecido é quente para o nosso clima. Porém, considero necessário que o tecido seja grosso o suficiente para proteger a pele em situações em que seja exigido do policial militar atuar em áreas de matagal fechado, sobreposição de obstáculos (pular um muro, por exemplo), rastejos, dentre outros. Além disso, a manga longa protege a pele do sol, fator principal de causa do câncer de pele. O tecido grosso e a manga longa também ajudam a proteger o policial do frio, afinal, não são todos os meses do ano que o clima é quente. Serviços noturnos em área rural, nos meses de chuva, faz frio também.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

É possível notar conforme o que fora descrito pelos militares, que existe uma insatisfação quase que total de todos os respondentes, principalmente no que se refere a sensação térmica associada ao uso da farda. Mesmo com pontos positivos descritos pelo participante P5, como a proteção que o tecido garante para a pele contra o sol e ferimentos, ele também ressalta que o material é quente.

Como a pesquisa visa analisar a respeito da gandola do uniforme 4º A percebe-se que para muitos participantes o uniforme não é confortável para serviços externos, principalmente durante os trabalhos diurnos onde o clima é quente na maior parte do tempo. Os pontos levantados pelos militares estão ligados diretamente com a ergonomia que de acordo com Falzon (2007), trata-se da eficiência e produtividade do homem aos meios de produção, mas vai bem além disso, é a garantia de segurança, bem-estar, conforto, saúde, satisfação dos indivíduos de determinada instituição.

Com esses relatos é possível notar que há por parte dos militares uma insatisfação, ocasionada principalmente pelo desconforto e falta de mobilidade gerados pela gandola. Alguns respondentes mencionaram que a mudança no material

seria um diferencial para que o uniforme ficasse mais confortável e se ajustasse as rotinas operacionais.

7 CONCLUSÃO

Este trabalho propôs descrever a respeito da utilização da gandola do uniforme 4º A, sua adaptação ao ambiente operacional e a percepção dos militares a respeito deste item. Por meio do estudo de caso baseado no questionário, foi possível compreender melhor o universo desta pesquisa, ficou evidente a influência que um uniforme pode ter na qualidade de vida de um trabalhador, no caso dessa pesquisa dos militares.

A pesquisa bibliográfica permitiu embasar melhor o conhecimento a respeito do policiamento ostensivo, algumas fardas que deram certo em batalhões como o da PMPR e outros que inicialmente causaram certa estranheza nos agentes, como o da PMMT. Foi possível ainda se debruçar sobre regulamentos e manuais que descrevem as fardas utilizadas e seus elementos obrigatórios, outro ponto relevante que ampliou-se os conhecimentos foi a história do uniforme militar.

A ergonomia da gandola do uniforme 4º A foi um fator de maior estudo nesta pesquisa, buscou-se por meio da leitura de editais entender como e com qual material a gandola é confeccionada, para que uma explanação mais técnica sobre o tema se torna-se viável. A compreensão do clima do Maranhão também foi fundamental pois, ele afeta significativamente a rotina de trabalho dos militares.

Logo, com o estudo de caso ficou muito claro a percepção que os militares sobre a gandola 4º A. Os dados demonstram que o uniforme não se adequa a rotina operacional, visto que o material é quente e impede a transpiração natural do corpo, como foi relatado pelos militares. Outro ponto de destaque é a usabilidade da gandola, que torna-se inadequada, em razão da dificuldade de mobilidade relatada por muitos dos respondentes da pesquisa.

Foi apresentado neste trabalho um protótipo da camisa tática de combate denominada de *combat shirt*, alguns batalhões e tropas especializados já fazem uso desse modelo, a ideia é ampliar para os batalhões que realizam o policiamento ostensivo ordinário. Esse modelo é confeccionado com um tecido mais leve que se adequa ao corpo e se adapta as variações de temperatura.

Este trabalho não tem o sentido de desqualificar a gandola do uniforme 4º A, a ideia é modernizar a farda, visto que muitos avanços tecnológicos aconteceram ao longo dos anos, a indústria têxtil tem atualmente variadas opções de tecidos adequados para as mais diversas situações. As queixas dos militares precisam ser consideradas, uma vez que necessitam ter boas condições de trabalho e isso inclui o

uso da farda.

O uniforme tem que ser compatível com a realidade vivida pelo policial no ambiente operacional, sua eficiência e satisfação dependem muito disso. A farda faz parte dos instrumentos de trabalho e precisam garantir conforto, segurança, mobilidade, bem-estar.

Por fim, acredita-se que esta pesquisa tenha alcançado o seu objetivo ao explicitar por meio dos dados coletados no estudo de caso, que os militares precisam de um uniforme mais adaptável ao clima que foi um dos fatores mais frequentes na resposta discursiva e que lhe garantam maior mobilidade e conforto nas atividades operacionais. Ressalta-se que esta pesquisa visou ampliar os conhecimentos a respeito do uso do uniforme operacional 4º A e a sua influência na rotina dos militares, sua funcionalidade, além de demonstrar um modelo mais moderno, o *combat shirt*. O objetivo não inclui questões orçamentárias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Leandro de Abreu. Policiamento comunitário no Ceará: uma análise do Programa Ronda do Quarteirão **RIBSP**- v. 3, n. 7 – Jul./Dez 2020

AYRES, Márcia Maria Teixeira; SANTOS, Gustavo Abrahão dos. A omissão do estado no exercício do poder de polícia. **Revista eletrônica Intraciência**, 19 ed., Junho 2020. Disponível em: > https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200522114656.pdf < Acesso em 29 de mar de 202

BARONE, Sydney. **Coleção Pessoal de Sydney Barone**, 2020
<https://www.pensador.com/frase/NTU2ODk3/>

BENÍCIO, Sérgio Vieira. Proposta de manual de policiamento montado em eventos. **Brasilian Journal of Developent**, v. 6, n. 5, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/10189/8512>. Acesso em 05 de abr de 2021

BRANDÃO, Bruno. Entenda qual é o papel da análise sociodemográfica para expansão de franquias. **Geofusion**, 2018. Disponível em: <https://www.geofusion.com.br/blog/analise-sociodemografica-expansao-franquias/> Acesso em: 15 de mai de 2021

BRASIL. **[Constituição 1988]**. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Código Tributário Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei n. 667**, de 02 de julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros militares. Diário Oficial da República do Brasil, Brasília, 02 jul. 1969.

BOLETIM ELETRÔNICO DA POLÍCIA MILITAR. **BEPM/2020/27**. Florianópolis, SC, 03 de jul., 2020.
http://servicos.pm.sc.gov.br/bepm/boletins/download/?filename=BEPM27DE03JUL20-SGPE34428-ASSINADO_20200703.2.pdf&arquivo=250

CEARÁ. Dia Mundial da Bicicleta: o trabalho do ciclopatrulhamento da PMCE e a melhoria na saúde dos policiais militares. **Polícia Militar do Estado do Ceará**, 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/06/03/dia-mundial-da-bicicleta-o-trabalho-do-ciclopatrulhamento-da-pmce-e-a-melhoria-na-saude-dos-policiais-militares/> Acesso em: 30 de abr de 2021

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 28ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

DUARTE, Luciana dos Santos. **Análise da farda B1 da Polícia Militar de Minas Gerais**: do projeto de produto e sua configuração estética à ética de trabalho do

policial militar. In: Congresso brasileiro de ergonomia, 18. Belo Horizonte, 2016.

EDITAL CSL/PMMA. **Pregão presencial nº 08/2020 MARANHÃO**. Polícia Militar do Maranhão. LOTE V (Participação EXCLUSIVA de ME, EPP e MEI) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 118.496/2020 – PMMA [Aquisição de uniformes], 2020.

FALZON, PIERRE. **Ergonomia**. São Paulo: Blucher, 2007.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem**: a constituição de aparatos policiais no universo luso brasileiro (século XVIII e XIX). Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

FARIAS, Rita de Cássia Pereira. **Transsubstanciação simbólica do uniforme de trabalho em signo de prestígio**. Anais do Museu Paulista. N. Sér. V.18. n. 2. jul/dez. São Paulo, 2010.

FERREIRA, Talitta Fernandes Gonçalves de Carvalho. A mudança de fardamento da polícia militar do estado de mato grosso: análise dos objetivos. **RHM** - Vol 14 nº 1 – jan/jun 2015.

FERREIRA, Pedro. PM testa novo modelo de farda que deve ser adotado em maio de 2018. **Portal O Tempo**, 2018. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/pm-testa-novo-modelo-de-farda-que-deve-ser-adotado-em-maio-de-2018-1.1525808> Acesso em 17 de fev de 2021

FLUSSER, V. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2003.

IIDA, Itiro. **Ergonomia**: projeto e produção. São Paulo, Edgard Blücher, 2005, 614 p.

LE MOS, Emanuel. PM implanta patrulha ciclística no Parque Ambiental Centenário. **Diário Sul Maranhense**, 2019. Disponível em: <https://diariosulmaranhense.com.br/2019/08/02/pm-implanta-patrulha-ciclistica-no-parque-ambiental-centenario/> Acesso em: 15 de mar de 2021

MARANHÃO. **Decreto Nº 15.777**. Art.10. 1997.

MARANHÃO. Cavalaria uma grande ferramenta de segurança da pm no carnaval, **Secretaria de Segurança Pública**, 2019. Disponível em: <https://www.ssp.ma.gov.br/cavalaria-uma-grande-ferramenta-de-seguranca-da-pm-no-carnaval/> Acesso em: 15 de mar de 2021

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 41 ed. São Paulo:

Editora Malheiros, 2015.

MICHALICK, Miller França; HAMADA, Hélio Hiroshi. Ergonomia ou estética militar? Dilemas e paradoxos do uso de fardamento pelas instituições. **Revista O Alferes**, Belo Horizonte, 76 (30): 72-109, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/download/792/704>. Acesso em 24 de mar de 2021

MOREIRA, H.; CALEFFE, L.G. **Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador**. 2ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NASCIMENTO, Nélio Reis Biá; NASCIMENTO, Paula Rafaela Tagata Biá. Policiamento ostensivo como ferramenta de prevenção a ilícitos. **Revista Eletrônica Casa de Makunaima** - ISSN 2595-5888, Vol. 1 - Nº 1 / Jan./Jun. (2018)

OLIVEIRA, Luiz Fernando Guedes. **Proposta de alteração do uniforme 4º a (cinza)**: Uma necessidade diante dos avanços tecnológicos. Trabalho de conclusão de curso: Especialização em Gestão de Segurança Pública, Universidade Federal do Maranhão, SÃO LUÍS, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1h1lpRUfLcsyn9SneoiyN32mFySu03e-4/view>. Acesso em 21 de mar de 2021

PARÁ. **Resolução Nº 110**. Aditamento II ao BG nº 098 23 de maio de 2019.

PINHEIRO, Juarez Mota. **Clima urbano da cidade de São Luís do Maranhão**. Repositório UFMA, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufma.br/jspui/handle/123456789/944>. Acesso em 06 de mai de 2021

POLICIA MILITAR MARANHÃO: **apontamentos para sua história**. – São Luís: PMMA, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2 ed. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

ROCHE, Daniel. **A cultura das aparências**: uma história da indumentária (séculos XVII-XVIII) / Daniel Roche; tradução Assef Kfourí. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

RUPMSE. **Regulamento de uniformes da PMSE**, 2020. Disponível em: <https://pm.se.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/REGULAMENTO-de-UNIFORMES-da-PMSE-para-publica%C3%A7%C3%A3o..pdf>. Acesso em 15 de mai de 2021

SANTA CATARINA. **MANUAL DE TÉCNICAS DE POLÍCIA OSTENSIVA DA PMSC**. 3ª ed. Florianópolis-SC, 2014. Disponível em:

<https://sindespe.org.br/portal/wp-content/uploads/2020/08/Manual-de-t%C3%A9cnicas-de-Pol%C3%ADcia-Ostensiva-da-PMSC.-3%C2%AA-ed.-Florian%C3%B3polis-2014..pdf> Acesso em: 21 de fev de 2021

SANTA CATARINA. Bope: grupo Cobra apresenta novo fardamento operacional. **Polícia Militar de Santa Catarina**, 2019. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/noticias/grupo-cobrabope-apresenta-novo-fardamento-operacional>. Acesso em: 15 de abr de 2021

SANTOS, Felipe Florêncio dos. A vertente legítima da atividade policial: as responsabilidades do cidadão e do agente policial frente à abordagem policial. **Revista Científica Segurança em Foco**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 18-24, mai. 2019.

SANTOS, Marcia Cristina Silva; *et al.* A percepção do usuário de uniforme profissional : um estudo exploratório nas regiões da grande São Paulo e noroeste do estado. **5º CONTEXMOD - Congresso Científico Têxtil e Moda**, v. 4, 2017. Disponível em: <https://proceedings.science/contextmod/contextmod-2017/papers/a-percepcao-do-usuario-de-uniforme-profissional---um-estudo-exploratorio-nas-regioes-da-grande-sao-paulo-e-noroeste-do-> Acesso em 04 de abr de 2021

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YAPOC TECELAGEM. **As principais características de um tecido Rip Stop**, 2019 Disponível em: <https://www.oyapoc.com.br/as-principais-caracteristicas-de-um-tecido-rip-stop/>. Acesso em 17 de abr de 2021

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos, 2 ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO

Dados sócio demográficos

1. Posto / Graduação

Praças / Praças especiais ()

Oficiais ()

2. Se for cadete, qual o ano de curso?

I ano ()

II ano ()

III ano ()

IV ano ()

3. Carga horária de trabalho

Menos de 48 horas por semana ()

Mais de 48 horas por semana ()

4. Turno / horário de trabalho.

Diurno ()

Noturno ()

Alternado ()

5. Local de trabalho.

Interna ()

Externo ()

6. As perguntas a seguir relacionam-se com o atual uniforme operacional 4^a A suas características funcionalidades e adaptação ao ambiente de trabalho e situações operacionais:

7. Você considera a atual Gandola do uniforme operacional 4^a A , adequada para as rotinas de trabalho em atividades operacionais?

Sim ()

Não ()

Parcialmente ()

8. Em quais ambientes ou situações operacionais você já utilizou o uniforme 4^o A completo ?

Serviço Interno ()

Serviço Externo ()

Instruções diversas () todos ()

9. Você acredita que o atual uniforme operacional 4^a A se adapte ao clima da nossa região quando utilizada em trabalhos externos? Sim () Não () Parcialmente ()

10. A atual Gandola do uniforme operacional 4^a A favorece a mobilidade / ergonomia durante as operações, considerando que no uso ostensivo estão sobrepostos a farda : o colete de proteção balística e o cinto de guarnição?

Sim ()

Não ()

Parcialmente ()

11. Você considera que o material usado na confecção da atual Gandola do uniforme operacional 4^a A é confortável e se adapta as suas rotinas?

Sim ()

Não ()

Parcialmente ()

12. Na sua opinião o material da atual Gandola do uniforme operacional 4ª A apresenta tecido e costuras de qualidade?

Sim () Não () Parcialmente ()

13. Você acredita que uma mudança no material desse uniforme seria importante para melhorar a qualidade nas condições de trabalho dos militares que realizam policiamento ostensivo?

Sim () Não () Parcialmente ()

14. Você considera que um novo modelo de uniforme seria mais adaptável as operações de policiamento ostensivo?

Sim () Não () Parcialmente ()

15. Em caso de mudança no uniforme você acredita que iria descaracterizar a corporação?

Sim () Não () Parcialmente ()

16. Com relação à sociedade você acredita que uma mudança no uniforme afastaria ou causaria estranheza entre a PMMA e a população?

Sim () Não () Parcialmente ()

17. Como você descreveria a sensação térmica e ergonômica de utilizar a atual gandola do uniforme operacional 4ª A no serviço diário?